A dinâmica regional do Centro-Oeste*

MIREYA S. DE SOARES
et alii

1. INTRODUÇÃO

O estudo sobre a dinâmica regional do Centro-Oeste será realizado por uma equipe de pesquisadores da UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA e contará com a participação de um técnico da EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMBRATER).

Além da similaridade dos interesses intelectuais, razões de ordem prática justificam o envolvimento de uma equipe no trabalho. Os recursos individuais e institucionais disponíveis são, assim, melhor aproveitados; a distribuição das tarefas evita o acúmulo e a duplicidade na realização das fases iniciais e a complementariedade de especializações diversas enriquece a análise, permitindo uma maior profundidade na formulação dos resultados finais.

São os seguintes os pesquisadores engajados na pesquisa, as respectivas Instituições a que pertencem e os temas que lhes estarão mais diretamente vinculados:

---

* O presente Projeto de Pesquisa, constitui a primeira etapa de um projeto mais amplo de estudo sobre a dinâmica regional do Centro-Oeste, observada através do desempenho histórico e atual de seu setor agropecuário.

Enquanto primeira etapa, ele se articula com as etapas subseqüentes, contribuindo para consecução dos objetivos finais da Pesquisa Global. Contudo, pela sua natureza, ele tem um caráter autônomo, de maneira que se pode considerá-lo como um todo, capaz de produzir resultados definitivos, independentemente da continuidade dos estudos. É neste sentido que se justifica a formulação de um projeto independente e a solicitação ao Conselho Nacional de Pesquisa do financiamento de sua execução.

Para uma melhor compreensão dos objetivos desta pesquisa, será necessário situá-la em relação à Pesquisa Global, na qual está inserida, bem como explicitar a sua problemática particular, cujo estudo, será objeto do financiamento requerido.

— Mireya S. de Soares — Universidade de Brasília. Agropecuária Tradicional, Dinâmica Populacional e Expansão da Fronteira Agrícola.

— Maria de Nazareth Baudel Wanderley — EMBRATER. Modernização do Setor Agropecuário do Centro-Oeste e A Empresa Agropecuária.

— Maria Carlota de Souza Paula — Universidade de Brasília. A Repercussão das Políticas Agrárias na Região Centro-Oeste.

— Maria Carlota de Souza Paula e Euripedes da Cunha Dias — Universidade de Brasília. As Oligarquias Regionais.

— Euripedes da Cunha Dias — Universidade de Brasília. Os Agentes Sociais da Transformação do Centro-Oeste: uma Análise das Formas de Representação.

A complementariedade acima referida deverá, pois, se basear numa divisão interna de trabalho, que assegure uma relativa autonomia de cada componente da equipe e de cada segmento da pesquisa, de modo a que o desenvolvimento desta não venha a ser prejudicado por eventuais interrupções na comunicação dos pesquisadores.

2. Apresentação Global da Pesquisa

2.1 *Justificativas*

O Centro-Oeste é hoje uma das regiões menos estudadas do país. Sua significação histórica, tanto do ponto de vista demográfico, quanto em termos econômicos, explica esta carência de informações e conhecimentos mais profundos e sistematizados sobre sua problemática específica. De um modo geral, a literatura disponível é constituída por grande quantidade de trabalhos descritivos, mas de poucos documentos analíticos. Pode-se afirmar que não se dispõe, no momento, de nenhuma tentativa de síntese, que delimite e defina a própria Região, que proponha uma abordagem global de suas características geo-climáticas, de sua evolução histórica e do seu significado para o desenvolvimento do país.

Um trabalho desta natureza torna-se tanto mais necessário, quanto se observa, num período mais recente, um processo intenso de mudanças qualitativas na economia e nas relações sociais. Por um lado, as migrações litorâneas estão povoando maciçamente o Centro-Oeste; por outro lado, a atenção que é dada pelos Poderes Públicos à ocupação das fronteiras agrícolas tem provocado uma transformação não negligenciável na estrutura agrária, através da expansão de uma agricultura de tipo empresarial.

O conhecimento do processo destas transformações, bem como de seus resultados, justifica o esforço empreendido na pesquisa ora proposta.

2.2 *Objetivos*

O objetivo mais genérico da Pesquisa é o estudo do processo de regionalização do Centro-Oeste, isto é, o estudo das condições históricas estruturais que a conformaram como uma região específica e das formas como se manifesta esta especificidade.

Este objetivo final é, por sua vez, desdobrado em três objetivos mediatizadores, a saber:

a) Estabelecer e testar os critérios para identificação e delimitação da própria Região. Comumente, as tentativas de delimitação do Centro-Oeste consideram três critérios: a divisão político-administrativa, as condições geoclimáticas e as formas históricas de ocupação econômica. A fronteira do Centro-Oeste avança ou recua conforme se recorra a um ou outro destes critérios. Assim, o Cerrado (unidade geoclimática) estende-se além da unidade político-administrativa e da unidade de ocupação econômica típica (zona de mineração e do complexo 'pecuária extensiva — cultura de subsistência'). Da mesma maneira, o Centro-Oeste administrativo engloba outras áreas geoclimáticas além do Cerrado que revelam formas diferentes de ocupação econômica. Finalmente, a atividade mineira e o complexo agropecuário acima citado, localizam-se em áreas que não coincidem necessariamente com a delimitação do Cerrado nem com a divisão administrativa da Região.

A correlação destas três unidades de definição, e de outras que poderão ser determinadas no curso da pes-

quisa, permitirá a identificação e a delimitação da totalidade regional. Vale ressaltar que este resultado será fundamental para o conhecimento do próprio processo de regionalização, constituindo-se assim, ao mesmo tempo, num instrumento de análise e num dos objetivos finais do estudo realizado.

b) Estabelecer e testar critérios para a periodização do processo em análise. Tanto quanto o objetivo acima considerado, a periodização do processo de regionalização constitui simultaneamente um instrumento e um resultado do estudo. Numa primeira abordagem pode-se considerar quatro grandes períodos: em primeiro lugar, um período imediatamente anterior à mineração, que se caracterizou pela expansão da pecuária e pelo aparecimento dos elementos constitutivos da "Civilização do Couro"; em segundo lugar, o período da exploração mineira, caracterizado por migrações maciças e pela participação dos grupos pecuaristas locais na empresa extrativa; em terceiro lugar, o período que se segue à redução da atividade mineira, marcado pelas imigrações e pela "involução econômica" das populações a ela vinculadas, que se refugiam no complexo produtivo "pecuária extensiva-cultura de subsistência"; finalmente, o período que se inicia aproximadamente a partir dos anos trinta, caracterizado pelo esforço governamental mais sistemático de ocupação da região e pela expansão e modernização da agropecuária regional.

Esta periodização deverá, evidentemente, ser testada, e comprovada. Por outro lado, torna-se necessário igualmente, estabelecer critérios para a subdivisão dos períodos determinados, que permitam um conhecimento mais profundo do processo de regionalização, particularmente, no que se refere à sua fase mais recente. Algumas questões devem nortear as observações feitas a este propósito:

— em que medida se pode afirmar que é durante o Governo Getúlio Vargas, que se inicia a efetiva ocupação da Região?

— que razões levaram os Poderes Públicos a tomar esta iniciativa?

— o período após a Segunda Guerra Mundial pode ser considerado um marco significativo do processo de expansão e de modernização da economia regional?

— em que medida a construção de Brasília e a abertura das grandes rodovias determinaram a conformação de uma fisionomia particular da Região?

— qual está sendo o impacto das recentes diretrizes políticas nacionais de ocupação das fronteiras agrícolas no Centro-Oeste?

c) Formular hipóteses específicas a respeito da significação do Centro-Oeste no processo de constituição da Formação Social: a dinâmica interna do Centro-Oeste e sua vinculação com as demais regiões do país, particularmente com o setor hegemônico da economia nacional.

Este terceiro objetivo será conseguido através da atualização, complementação e aprofundamento da análise desenvolvida em função dos objetivos precedentes. Pode-se, pois, afirmar, que ele sistematiza e canaliza os resultados obtidos no estudo da identificação da Região e da periodização do seu processo histórico.

A dinâmica regional, entendida como o resultado das relações entre os diversos elementos que constituem a realidade do Centro-Oeste, deverá ser objeto de observação sistemática. Isto, certamente, supõe o conhecimento da estrutura interna de cada um destes elementos, ao mesmo tempo que da forma como eles se articulam, dando à região o seu caráter particular.

A vinculação do Centro-Oeste com as demais regiões do país será analisada nas perspectivas econômica, política e demográfica, de maneira que se possa apreender o seu significado, compará-la com a que se observa nas outras regiões e, principalmente, verificar suas repercussões dentro da própria região em estudo. Seu significado e sua importância relativa podem ser apreendidos através dos dados agregados disponíveis, mas a dinâmica interna exigirá o recurso à observação direta.

2.3 *Principais Elementos de Análise*

Os elementos aqui propostos são aqueles considerados fundamentais para a análise do processo de regionalização. Sua seleção

levou em conta, de um lado, as exigências da própria pesquisa, e de outro lado, os interesses pessoais e a especialização dos componentes da equipe.

2.3.1. A Estrutura Agrária

Este elemento constitui o eixo central da pesquisa, uma vez que se atribui à estrutura agrária o maior poder explicativo do processo de regionalização a ser estudado. O desenvolvimento do Centro-Oeste é em grande medida o desenvolvimento do seu setor agrário e são as relações de produção existentes e predominantes neste setor que determinam, em última instância, as características regionais.

2.3.2 A Dinâmica Populacional e a Expansão da Fronteira Agrícola

Desde o século XVIII a Região vem recebendo significativas correntes de migração externa. É, contudo, a partir dos anos trinta deste século, que as migrações começaram a adquirir um caráter mais integrador, crescentemente estimuladas pelas sucessivas políticas governamentais. O processo migratório se acentua particularmente na década de 50, período em que Goiás e Mato Grosso, apresentam as porcentagens mais elevadas, entre todos os Estados da União, de migração interna líquida (21.32 e 23.59, respectivamente). Paralelamente observam-se deslocamentos populacionais dentro da própria região, que presumivelmente partem das zonas de Sertão para as zonas da Mata e para os centros urbanos.

2.3.3 As Políticas Agrárias

A intervenção governamental no meio agrário brasileiro torna-se cada vez mais importante e as políticas, através das quais ela se manifesta, influem poderosamente no processo de configuração regional. Este fato é particularmente verdadeiro na região Centro-Oeste, para a qual se orienta diretamente o esforço governamental de ocupação da fronteira agrícola do país.

2.3.4 As "Oligarquias" Regionais

Este elemento, dos menos estudados para esta região, deverá se concentrar na análise da constituição histórica das classes dominantes, nos mecanismos de sua dominação a nível regional e na sua

participação nas alianças políticas nacionais. Ao mesmo tempo deverá contemplar as repercussões ao nível político das mudanças de ocupação econômica ocorridas no período mais recente.

2.3.5 As Formas de Representação

Um dos temas considerados importantes para a compreensão dessa realidade é aquele que denominaremos, seguindo certas orientações dos estudos sobre o assunto, de Análise das Formas de Representação da Realidade. Os estudos de representação referem-se às formas de apreensão, de formulações abstratas, de concepções e idéias que os indivíduos constróem sobre a realidade, enfim, representações cujos conteúdos se articulam gerando esquemas explicativos e normativos.

Seguindo essa orientação serão analisadas as formas pelas quais os diversos agentes sociais concebem e representam as propostas políticas governamentais.

3. Etapas da Pesquisa

Para levar a cabo a pesquisa proposta são previstas três grandes etapas, a saber:

3.1 *Sistematização dos Estudos Disponíveis*

Nesta primeira etapa pretende-se obter uma visão de conjunto do Centro-Oeste, através do estudo sistemático das obras dos escritores e pesquisadores que nos antecederam e da análise dos dados agregados disponíveis.

Nesta etapa estão previstos os seguintes passos:

a) análise sistemática da documentação que permita a delimitação e identificação da região e a periodização do processo de regionalização;

b) apresentação de um relatório final que inclua os trabalhos individuais, em capítulos separados, e um capítulo de síntese em co-autoria;

c) formulação de hipóteses de trabalho sobre o processo de regionalização em seus diversos aspectos, que deverão ser testadas na etapa subseqüente.

3.2 *Obtenção de Informação Primária*

Esta etapa está destinada a testar as hipóteses anteriormente levantadas, através de pesquisas de campo, que cubram as lacunas da documentação existente e permitam a atualização e o aprofundamento das conclusões da primeira etapa.

Ela compreende igualmente três passos:

a) seleção e teste das técnicas de coleta de material a serem aplicadas;
b) coleta de material;
c) processamento e análise dos dados.

3.3 *Elaboração dos Relatórios Finais*

Esta etapa deverá obedecer ao mesmo mecanismo utilizado na elaboração dos relatórios da primeira etapa. Os relatórios finais da pesquisa compreenderão os diversos trabalhos individuais e um capítulo de síntese e conclusões, de responsabilidade de toda a equipe.

4. Cronograma de Execução do Conjunto da Pesquisa

O cronograma em seguida proposto deve ser entendido como uma primeira tentativa de estabelecimento de prazos finais e de distribuição do tempo entre os diversos passos acima considerados.

Etapas e Fases da Pesquisa	1977		1978		1979	
	Março a Agosto	Set. a Dez.	Janeiro a Abril	Maio a Agosto	Set. a Dez.	Janeiro a Dez.
3.1. a)	X					
3.1. b)		X				
3.1. c)		X				
3.2. a)			X			
3.2. b)				X		
3.2.					X	
3.3.						X

5. Detalhamento da Primeira Etapa

5.1 *Natureza do Estudo*

Como já foi dito anteriormente, esta primeira estapa deverá se concentrar na revisão da bibliografia disponível, na sistematização de suas análises e conclusões e na elaboração de hipóteses de trabalho, que permitam avançar os estudos posteriores.

Numa primeira abordagem podem-se distinguir quatro tipos de estudos e pesquisas existentes:

a) modelos explicativos estruturais, que havendo sido formulados para outras regiões, são aplicados ao Centro-Oeste. Exemplos destes trabalhos são os referentes ao "modelo coronelista", em Ciência Política e ao "desenvolvimento regional dependente", em Economia e Sociologia;

b) estudos elaborados a nível nacional que objetivam analisar a articulação política, econômica e demográfica entre as diversas regiões ou Estados brasileiros e que nesta perspectiva incluem o Centro-Oeste. Exemplo destes estudos são as pesquisas sobre as migrações inter-regionais, nas quais o Centro-Oeste é geralmente considerado como uma válvula de escape para as pressões litorâneas;

c) estudos locais e institucionais, baseados na observação direta da Região. Esta categoria inclui a maior parte dos trabalhos existentes, desde crônicas até estudos extremamente sofisticados quanto à sua metodologia, nos domínios das Ciências naturais, agronomia e economia;

d) dados elaborados pelos organismos públicos, tais como: IBGE, INCRA, EMBRAPA (Centro de Pesquisa Agro-Pecuária dos Cerrados), POLOCENTRO, Banco do Brasil e diversos Ministérios.

5.2 *Objeto do Estudo*

A revisão e sistematização da literatura existente deverá orientar-se em função dos elementos anteriormente apresentados (item 2.3.).

Para uma visão mais objetiva desta etapa será necessário precisar e detalhar o conteúdo de cada um destes elementos.

5.2.1 Estrutura Agrária

Os estudos incluem os seguintes aspectos:

a) tecnologia e uso da terra. O Cerrado compreende dois ecótipos, o sertão e a mata. É nesta última que as mudanças tecnológicas parecem se efetuar com maior intensidade, enquanto que o sertão tende e conservar os procedimentos extensivos de utilização do solo. Esta diferenciação tecnológica implica a diversificação no sistema de posse e uso da terra, nas relações de produção e de trabalho, nos padrões de assentamento populacional, nos objetivos da produção e nos sistemas de comercialização. Pretende-se analisar estas implicações, bem como apreender as relações que se estabelecem entre os dois ecótipos citados, que coexistem no tempo e no espaço regional;

b) estrutura fundiária. Identificar os tipos de propriedades existentes e as relações que se estabelecem entre eles. Estes tipos correspondem, de um lado, às duas faces do binômio latifúndio-minifúndio (fazendas de baixa produtividade e unidades minifundiárias de subsistência), e de outro lado, às empresas agropastoris propriamente capitalistas;

c) zoneamento da produção. Identificar as culturas predominantes por tipo de propriedade e por localização. Pretende-se estudar o comportamento da Região no que se refere à substituição de culturas e às variações que estas sofrem por área ocupada, produtividade e volume da produção;

d) evolução da força de trabalho. É importante conhecer quais são as formas específicas da utilização de mão-de-obra, por ecótipo e por categoria de propriedade, ao mesmo tempo que compreender através de que padrões migratórios as necessidades de mão-de-obra da agricultura regional são satisfeitas;

e) estrutura do mercado e processo de integração da agropecuária regional à economia nacional. Este item supõe, em primeiro lugar, uma análise da agricultura de subsistência e de mercado, a complementariedade destas duas formas de agricultura, as relações existentes entre

elas e sua evolução recente. Em segundo lugar, ele exige uma análise do volume e do valor das importações e exportações da região;

f) estrutura dos serviços voltados para o setor agropecuário e para a população rural. Tentar-se-á detectar e descrever os serviços existentes (tipo, data da implantação, localização), e se avaliará seu grau de atendimento. A variação da prestação dos serviços por ecótipos e por tipo de propriedade é igualmente de particular relevância.

5.2.2 Dinâmica Populacional e Expansão da Fronteira Agrícola

Os estudos deverão se voltar essencialmente para as seguintes questões:

a) evolução do fenômeno migratório e análise das forças que o geram; identificação dos surtos de migração mais significativos, de maneira a associá-los aos processos políticos e econômicos que os favoreceram. Vale ressaltar que a migração é hoje um dos aspectos mais estudados e documentados da História recente do Centro-Oeste;

b) diferenciação social dos migrantes. O importante neste item é identificar as relações existentes entre os tipos de migrantes que afluem para a região e a demanda de mão-de-obra gerada pelas propriedades rurais.

Procura-se também determinar a proporção dos migrantes que eram ou se tornam produtores rurais (proprietários e não proprietários) e a daqueles que constituem o proletariado rural da região;

c) ecótipos regionais e migração. Neste caso é necessário conhecer as tendências migratórias nos dois ecótipos considerados, isto é, perceber até que ponto o sertão está efetivamente perdendo população ou se este fenômeno é periódico, correspondendo às necessidades de mão-de-obra das áreas da mata, economicamente mais dinâmicas.

5.2.3 Políticas Agrárias

Analisar como a região Centro-Oeste tem sido atingida pelas sucessivas políticas agrárias, considerando particularmente os seguintes aspectos:

a) levantamento das políticas agrárias propostas e implementadas para o Centro-Oeste em diferentes momentos;

b) o crescimento econômico brasileiro e as políticas agrárias. As decisões tomadas e as medidas implementadas para o setor agrário do Centro-Oeste devem ser vistas como parte de um conjunto mais amplo de diretrizes e objetivos definidos a nível nacional, os quais determinam a natureza e a forma das políticas regionais;

c) as transformações provocadas pelas políticas agrárias, particularmente no que se refere ao processo de ocupação da fronteira agrícola e à modernização da agricultura regional.

5.2.4 As "Oligarquias" Regionais

A análise das classes dominantes regionais deverá considerar os seguintes aspectos:

a) a base material da dominação política das "oligarquias" regionais;

b) as alianças políticas a nível municipal e estadual e suas transformações;

c) a participação das "oligarquias" estaduais nas sucessivas alianças políticas nacionais;

d) a influência do processo de ocupação regional e de modernização da agricultura sobre a composição das forças políticas regionais.

5.2.5 As Formas de Representação

Considera-se que as políticas agrárias e o processo de modernização da agricultura apresentam um conjunto privilegiado de situações, nas quais se manifestam alguns aspectos relevantes para o estudo de representação, a saber:

a) principais agentes sociais responsáveis pelas transformações;

b) formas e mecanismo utilizados por esses agentes;

c) as representações destes agentes sociais sobre os processos econômicos e políticos;

d) a influência destas representações na eficiência maior ou menor da ação desses agentes.

Emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste *
(projeto de pesquisa)

MOACIR PALMEIRA
et alii

1. INTRODUÇÃO

Dados do Censo de 1970 vieram corroborar as hipóteses de que o desenvolvimento recente da economia brasileira não tem dissipado os problemas de desigualdade de renda e de emprego produtivo para toda sua população economicamente ativa, o que gera um alto percentual desta recebendo uma renda abaixo dos níveis de salário mínimo estipulados pelo Governo (Bacha, 1972). A questão está menos em detectar o fenômeno e sua amplitude, onde a literatura

---

* Este projeto, coordenado por Moacir Palmeira, desenvolve-se junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, dentro do quadro de atividades do Departamento de Antropologia do Museu Nacional da UFRJ. Iniciado em setembro de 1975, a partir de um convênio firmado entre a UFRJ e a FINEP, o IPEA e o IBGE (instituições que lhe asseguram suporte financeiro), envolve cerca de vinte pesquisadores, entre professores, alunos e profissionais formados pelo PPGAS, devendo prolongar-se até o final do mês de julho de 1977.
A elaboração do projeto foi um trabalho coletivo de que participaram AFRÂNIO RAUL GARCIA JR., ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA, JOSÉ SÉRGIO LEITE LOPES, LUIZ ANTÔNIO MACHADO DA SILVA, LYGIA MARIA SIGAUD, MARIA ROSILENE BARBOSA ALVIM, MARIE-FRANCE GARCIA, MOACIR GRACINDO SOARES PALMEIRA e OTÁVIO GUILHERME CARDOSO ALVES VELHO. Para a elaboração de uma primeira versão, ainda em 1973, contribuíram GISÉLIA POTENGI GRABOIS, VERA MARIA MOURA ECHENIQUE e ROSA MARIA RIBEIRO DA SILVA.
A primeira versão deste trabalho foi discutida intensivamente com técnicos do IPEA, em especial os Drs. Cláudio Salm e Luiz Carlos Silva, a quem agradecemos as sugestões feitas. Posteriormente, beneficiamo-nos também das críticas e sugestões do Dr. Paul Singer; do CEBRAP.

técnica discute os indicadores apropriados chegando a resultados bem próximos (Fishlow, Langoni, Hoffmann, Duarte), que em conseguir identificar as razões e a lógica que presidem a recriação destes "problemas".

Embora simplificadamente, o modelo destas questões que teriam os analistas do desenvolvimento brasileiro, pode ser assim configurado. O processo de desenvolvimento se dá com um aumento de produtividade dos fatores de produção nas mais variadas atividades econômicas. Assim, certos fatores vão sendo dispensados por certas atividades econômicas e absorvidos em outras, onde o deslocamento de fatores é uma constante e se liga às próprias mudanças de ênfase em tal ou qual atividade econômica no conjunto da economia. Especificamente, a agricultura tende a liberar mão-de-obra e daí migrações rurais-urbanas serem concomitantes ao processo de desenvolvimento. O problema no caso brasileiro como no de outros países subdesenvolvidos, é que a ampliação do mercado de trabalho urbano não se dá em escala suficiente para absorver os contingentes migratórios. Estes, forçados a sobreviver nas cidades, se dedicariam a um sem número de atividades pouco produtivas e que lhes forneceriam parca remuneração. Em particular, sua remuneração não seria suficiente para sustentar padrões de consumo mínimos das populações urbanas, formando-se nestas "grupos marginais" como os residentes nas favelas.

Deve-se assinalar de imediato, no entanto, que ao focalizar apenas as migrações rurais-urbanas, as análises correntes do desenvolvimento identificam implicitamente dois fenômenos que podem vir a ser, ao contrário, distintos, a saber: a migração e a liberação de mão-de-obra. Perdem-se assim elos mediadores de análise essenciais para o entendimento dos movimentos de mão-de-obra e os processos subjacentes ligados ao emprego de partida e ao emprego de chegada dessa mão-de-obra em mudança. Com efeito, duas novas possibilidades são implicitamente deixadas em branco. Em primeiro lugar, pode haver *migração sem liberação de mão-de-obra*. Neste caso, a migração, ela própria, é constitutiva das condições próprias ao emprego em questão. Do ponto de vista da agricultura comercial, tal é o caso da mão-de-obra temporária, empregada na *plantation* da Zona da Mata nordestina, seja na parte agrícola, seja na parte industrial, cuja vida produtiva é bipartida ciclicamente em um período de trabalho na safra da agroindústria, e um período de trabalho ou em propriedades agrícolas no agreste (próprias ou de terceiros), como é o caso dos "corumbas", ou em serviços temporários nas ci-

dades (cf. "*Plantation*" e "Parte Industrial da *Plantation*"). Do ponto de vista da agricultura familiar camponesa, a própria migração de membros da família é constitutiva do cálculo econômico da utilização do trabalho familiar, quando as leis de população próprias a esse tipo de agricultura implicam na compensação de seus excedentes populacionais pela venda da força de trabalho na agricultura comercial (de membros que no entanto não se desligam da família) (cf. "Campesinato Marginal à *Plantation*" e "Campesinato do Agreste").

Em segundo lugar, pode haver, inversamente, *liberação de mão-de-obra sem migração*. Tal é o caso de dois processos de origem comum e resultados opostos. Com a modernização da *plantation* açucareira, os proprietários das unidades da produção modernizadas liberam parte de sua mão-de-obra. Uma parte dessa mão-de-obra pode receber, como indenização, terras marginais à *plantation* não propícias à cana, constituindo-se em uma componente de um campesinato em formação. O outro componente deste novo campesinato é o processo de parcelamento e aforamento das unidades de produção vencidas pela concorrência resultante da modernização (cf. "Campesinato Marginal à *Plantation*"). A liberação dessa parte da mão-de-obra não implica portanto em migrações para outras regiões aqui do país. A outra parte da mão-de-obra liberada pode encontrar novas ocupações nas cidades próximas, seja nas atividades de comercialização onde continua ligado aos produtos agrícolas (crescimento das feiras para a subsistência dos trabalhadores), seja em atividades artesanais e/ou industriais. Nesse caso a migração regional é apenas uma das possibilidades e não é necessariamente a preferida por essa mão-de-obra. (cf. "Trabalhadores da Rua", "Indústria Rural" e "Feiras e Barracões").

Os estudos econômicos e sociológicos deixam de lado a análise das possibilidades acima referidas, por estarem submetidos a uma abordagem formal demográfica, isto é, a partir da contabilização de fluxos populacionais vistos como indiferenciados socialmente é que se procura achar as razões teóricas subjacentes a esses fluxos. Todos os deslocamentos são vistos como fenômenos da mesma natureza e de significados e conseqüências universais. O problema então aparece como sendo apenas uma "mudança de escala", mas não como uma mudança de sistema de relações sociais. Ao fixarem-se principalmente, como critério de mudança, nas diferenças quantitativas de renda e de padrão de consumo; concebidos nas bases do ponto de chegada urbano — servindo então para medir o padrão

de integração-marginalização desses grupos —, e extrapolados universalmente em negativo para as situações sociais diversas do ponto de partida, esses estudos fazem abstração das mediações mesmas necessárias para a compreensão dos fenômenos emprego/desemprego e de sua importância social. Ainda mais, essa abordagem, utilizando-se de conceitos aparentemente universais pelo seu caráter abstrato, mas de fato referidos a um tipo definido de situação sócio-econômica, peca por precisão no enquadramento conceitual desses fenômenos e homogeiniza realidades de fato heterogêneas. Veja-se, por exemplo, o conceito de mercado de trabalho, que é utilizado sem qualificações para situações sociais tão diversas quanto, no caso urbano, a atividade produtiva do operário industrial, do trabalhador por conta própria, e, no caso do campo, do trabalhador rural nas unidades de agricultura empresarial e do trabalhador familiar dentro de uma unidade camponesa. Com isso, esta abordagem incapacita-se para entender diversas situações de dificuldade de uso produtivo do trabalho humano e da reprodução deste nas variadas situações geradas pelo processo de desenvolvimento. É verdade que esta imprecisão conceitual vem quase sempre acompanhada de uma quantificação dos fenômenos estudados, o que a dota aparentemente de maior rigor. Mas uma quantificação adequada dos fenômenos supõe o conhecimento dos fenômenos, e sua classificação precisa, daí a debilidade muitas vezes das análises efetuadas e da falta de caminhos que proporcionem o entendimento da realidade a um nível mais concreto e, conseqüentemente, ao nível da operacionalização de decisões.

A proposta de pesquisa que se segue visa ao estudo de *situações tipo* de uso do trabalho humano no Nordeste, e de suas modificações prováveis, procurando estabelecer distinções conceituais pertinentes entre os diferentes processos sociais subjacentes aos movimentos de população e às condições de vida dos "grupos de baixa renda". É bom que se frise que não se trata de "situações médias", mas de identificar a especificidade de situações em termos de relações sociais envolvidas, vendo como se constituem em sistema; isto é, tentar identificar o sistema de posições sociais dentro das populações trabalhadoras nordestinas, desvendar sua lógica, seu movimento e, sobretudo, poder distinguir quais as unidades sociais reais (e seu *modus operandi*) do processo de desenvolvimento, e quais as repercussões deste para cada um dos tipos daquelas (cf. Metodologia).

Sem pretender a exaustividade no enquadramento de situações mais importante, a proposta engloba onze *situações tipo* da pro-

blemática nordestina, que, evidentemente, se articulam ao nível teórico e prático, como é descrito em cada um dos tópicos. A análise partirá do estudo das categorias econômicas relevantes para cada uma das situações, a partir de estudo etnográfico em comunidades onde aquelas situações se apresentem de forma mais típica, e depois de estabelecida a lógica do sistema de categorias econômicas, buscar-se-á quantificar as variáveis relevantes, ou pela reapropriação dos dados já existentes ou por um questionário preparado especialmente com este fim.

As situações analisadas seriam:

1. "*Plantation*"
2. "Cidades da Zona da Mata: os 'Trabalhadores da Rua'"
3. "Camponeses Marginais à *Plantation*"
4. "Redes de Comercialização — Barracões e Feiras"
5. "Parte Industrial da *Plantation*"
6. "Camponeses do Agreste e do Sertão"
7. "Cidades do Agreste e do Sertão"
8. "Indústria Rural"
9. "Grande Cidade Regional e Extra-Regional"
10. "Frentes de Expansão"
11. "Cidades das Frentes de Expansão"

2. Tópicos

2.1 *Plantation*

Embora representando um exemplo clássico de imobilização de mão-de-obra, a economia de *plantation,* especialmente a chamada *plantation* de velho tipo (Wolf & Mintz, 1957; Wolf, 1959; Palmeira, 1971a), não desconhece, enquanto tal, deslocamentos de mão-de-obra. Seu caráter cíclico, oscilando entre maior vinculação ao mercado e maior dedicação aos cultivos de "subsistência" (Furtado, 1959), implica em deslocamentos de mão-de-obra dentro das próprias *plantations* individuais e em uma certa liberação temporária de mão--de-obra, que migra para outras regiões ou se estabelece na periferia das grandes propriedades. Nas áreas de *plantation* parece haver uma tendência ao desenvolvimento de um pequeno campesinato "livre" (Steward, 1959) que passa a atender à demanda extra sa-

zonal de mão-de-obra das grandes propriedades, podendo voltar a ser absorvido por estas últimas em períodos em que cresçam as necessidades de trabalho na grande exploração.

Além disso, o caráter comercial da agricultura de *plantation* faz com que ela esteja sujeita não apenas às suas próprias altas e baixas, mas também às altas e baixas de outros setores da economia ou de outros ramos da própria agricultura, explorada segundo o modelo da *plantation* ou não. Assim, as economias de *plantation* estão sujeitas a drenagens mais ou menos violentas de sua mão-de-obra efetiva ou potencial em proveito de outras atividades econômicas (dentro ou fora do país).

Esses movimentos de mão-de-obra não são suficientes para configurar o que correntemente se entende por um mercado de trabalho. A pequena monetização da economia, a grande flexibilidade dessa economia em jogar com os fatores terra e mão-de-obra (e portanto de recriar excedentes de mão-de-obra) fazem com que tais deslocamentos sejam antes de tudo uma "válvula de escape" para as tensões geradas pelo funcionamento das *plantations* individuais e que não tenham repercussões sobre a parcela de mão-de-obra que não se desloca. No máximo, no caso de vir a se estabelecer um fluxo mais ou menos contínuo de mão-de-obra entre um certo número de *plantations* individuais, teríamos a formação de "mercados de trabalho restritos", isto é, puramente locais e sujeitos, pois, às manipulações "extra-econômicas" incapazes de responder a pressões de outras áreas da economia. Em tais circunstâncias não se criam excedentes de mão-de-obra que pressionem os salários para baixo (se é que podemos falar de "salários"). Ou a abundância de terra permite manter um certo tipo de "pleno emprego diferenciado" ou a manipulação de grandes contingentes de mão-de-obra permite manter um certo tipo de "subemprego produtivo", em que a mão-de-obra ocupada funciona com seu próprio "exercício de reserva" (Nun, 1969). As grandes migrações e o deslocamento "normal" de mão-de-obra, atingindo apenas um dos fatores de produção (numa tal situação o fator capital está "neutralizado"), não constituem, por conseguinte, qualquer ameaça ao sistema; quando muito contribuem para a sua "depressão" crônica ou para a sua "marginalização", ao diminuirem o seu potencial de expansão. Tais movimentos são, por assim dizer, "normais" ao funcionamento da economia de *palntation*, isto é, são peças importantes para o estabelecimento do seu próprio equilíbrio ou, formulando numa outra linguagem, para sua própria reprodução. O erro maior de quantos têm analisado as economias de

plantation tem sido o de considerar tais movimentos como "patológicos" ou como indícios de uma desagregação.

Parece ter singificado bastante diferente o movimento de mão--de-obra das grandes propriedades para as cidades próximas, no caso da zona canavieira de Pernambuco. Trata-se basicamente de um processo de expulsão de trabalhadores determinado pela necessidade da economia (e não apenas de unidades isoladas) de reduzir os seus custos para manter-se em condições de competir no mercado nacional (Furtado, 1964; Correia de Andrade, 1964; Du Genestoux, 1967). Isso ocorre num momento em que o peso político dos proprietários da região é declinante e, conseqüentemente, sua margem de manobra junto aos órgãos governamentais é menor. Uma legislação rural e um movimento sindical organizado parecem ter um papel importante nesse processo.

A expulsão sistemática de trabalhadores parece independer de qualquer mudança técnica anterior, o que explica a sua fixação nas cidades próximas ao invés de se deslocarem para as grandes cidades. Os mesmos trabalhadores continuam a encontrar emprego na agro-indústria açucareira. O que muda é a sua posição enquanto ofertantes de trabalho. Os "contratos" tradicionais que ligavam trabalhadores e proprietários tendem a ser eliminados (Palmeira, 1972; Sigaud, 1971). O trabalhador expulso não tem mais como se "ligar" ao proprietário (que deixa de ter condições de exercer sobre ele qualquer tipo de controle extra-econômico) e tende mesmo a perder a possibilidade do contato pessoal direto com esse proprietário ou com seus representantes imediatos, uma vez que surge uma espécie de "empresário do trabalho", o empreiteiro. O trabalhador não-expulso, por sua vez, é afetado pela presença desse "exercício de reserva agrícola" que não apenas deprime o seu salário, como também lhe retira as condições de exibir certas "vantagens" (de que o melhor exemplo é o recebimento de um lote de terra) que lhes eram asseguradas anteriormente.

O movimento de expulsão atinge em cheio a estrutura da *plantation* tradicional e as "leis de população" que lhe são próprias. As inovações técnicas que se fazem a partir daí não são capazes, como no passado, de manter a mesma taxa de emprego e visarão cada vez mais a poupar a mão-de-obra. A irreversibilidade do processo faz com que seja fechada a possibilidade de reabsorção da mão-de-obra liberada num período de expansão — e a expulsão se dá basicamente acompanhando um movimento de expansão da produção açucareira. Por outro lado, a criação de um "exercício agrícola de reserva" local

deve criar problemas para a economia camponesa de áreas próximas, ao fechar, pelo menos parcialmente, as possibilidades de emprego sazonal de seus contingentes humanos. É possível que isso vá desencadear um efeito análogo de migrações para as cidades do Agreste. É possível, igualmente, que crises do tipo de secas, atingindo essas regiões camponesas e fazendo, como no passado, com que parte de sua população se desloque para a área de *plantation*, tenham conseqüências calamitosas para esta última área ao saturarem um mercado de trabalho já saturado. Finalmente, a fixação da mão-de-obra expulsa na área mesma, onde continua a trabalhar na agricultura, deve, de alguma maneira, alterar o caráter das migrações para os centros urbanos maiores e para outras regiões.

Esse processo não se dá, entretanto, do mesmo modo, no mesmo ritmo nas diferentes áreas canavieiras do Nordeste; e muito menos em *plantations* de produtos diferentes. Assim, para o aprofundamento e teste do modelo esboçado, seria preciso dimensionar tanto quanto possível o fenômeno e estabelecer suas variantes nas diferentes áreas. Para isso é preciso detectar os diferentes arranjos sociais prevalecentes nas diferentes áreas de *plantation* nordestinas e estabelecer o significado desse movimento para os diferentes agentes sociais envolvidos: trabalhadores rurais residentes, trabalhadores rurais expulsos, empreiteiros, fornecedores de cana, usineiros. Caberia também analisar o impacto da legislação rural sobre os movimentos de mão-de-obra em diferentes áreas.

2.2 *Cidades da Zona da Mata: os "Trabalhadores da Rua"*

As cidades da Zona da Mata eram tidas, até recentemente, como simples dependência dos engenhos. Tratava-se de cidades de funcionários e comerciantes, sem qualquer dinamismo próprio. Os trabalhadores rurais viviam isolados nos engenhos e o seu contato com essas cidades quando se dava, era de forma esporádica, nas feiras semanais. Nas cidades residiam apenas alguns trabalhadores, possivelmente os mais especializados, que prestavam serviços a diferentes engenhos e usinas.

A expulsão dos trabalhadores rurais, iniciada em meados da década de 50 e agravada a partir da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e do Estatuto da Terra (1964), parece alterar radicalmente a composição dessas cidades. Os comerciantes e funcionários dão lugar a uma massa de trabalhadores rurais e pequenos retalhistas. A presença dessa massa vai alterar o funciona-

mento do próprio mercado de trabalho agrícola. Em boa medida o aparecimento desse mercado de trabalho agrícola coincide com o aparecimento dessa massa de trabalhadores expulsos. Além disso, vai implicar na criação de novas possibilidades de ocupação urbana para esses trabalhadores.

Deslocados para as cidades, os trabalhadores continuam, no entanto, a trabalhar nos engenhos de particulares e de usinas, fazendo os tradicionais serviços de corte, limpa e plantio da cana. Quando residiam nos engenhos, os trabalhadores complementavam essa atividade principal com uma série de atividades subsidiárias (cultivo de um pequeno lote, caça e pesca, artesanato), as quais tinham um papel importante no orçamento doméstico (Sigaud, 1971). Privado de algumas dessas alternativas, o trabalhador vai procurar desenvolver, no meio urbano, novas modalidades de atividades subsidiárias. É sobretudo no pequeno comércio que os trabalhadores encontram esta alternativa (Palmeira, 1971b; Gatti & Echenique, 1971). Secundariamente, é a construção civil que absorve os trabalhadores. Além dessas atividades urbanas, o trabalhador mantém algumas de suas ocupações antigas, como a caça e a pesca, desta vez não mais com finalidades de consumo mas de comércio. Nas áreas onde ainda existe disponibilidade de terra, os trabalhadores passam a disputar com os pequenos proprietários o arrendamento de lotes de terra, onde eles trabalham uma parte da semana. Para as mulheres dos trabalhadores, a vinda para a cidade vai implicar na manutenção de algumas atividades tradicionais, como criação de aves e porcos, e também no surgimento de novas ocupações, como o artesanato (cerâmica, costura, fabrico de panelas) voltado para o consumo das camadas mais pobres e a prestação de serviços, como lavagem de roupa para as camadas mais prósperas da cidade.

A isenção do trabalhador no pequeno comércio não se dá de maneira homogênea. Êsse pequeno comércio pode ocupar uma pequena parte do seu tempo e ter mesmo um caráter eventual, ou pode assumir o caráter de uma atividade regular, quando o trabalhador está a serviço de um terceiro ou negocia por conta própria. Os produtos que são objeto deste pequeno comércio podem tanto ser aqueles com os quais têm uma grande familiaridade — como os produtos agrícolas, o que ocorre geralmente logo na chegada à cidade —, quanto aqueles dos quais está mais distanciado — como os produtos manufaturados, e cuja manipulação supõe uma ressocialização dentro dos padrões "urbanos". Por outro lado, a construção civil não se coloca na mesma forma para todos os trabalhadores. Ao que parece,

para ela se dirigem trabalhadores que já atuavam como pedreiros e marceneiros anteriormente, dentro dos engenhos. Permanecendo ligados aos engenhos, esses trabalhadores especializados vão também prestar serviços urbanos, na construção de novos prédios e casas para os setores médios locais. Como basicamente, entretanto, a construção civil nessas cidades é a construção de casas para trabalhadores expulsos, realizada em boa parte pelos próprios trabalhadores, as oportunidades de emprego aí são reduzidas, sendo apenas suficientes para reproduzir aquele grupo de trabalhadores especializados.

O deslocamento para a cidade implica em novos padrões de residência e de comunicação. Estes padrões, no entanto, estão fundados em formas preexistentes de relacionamento entre trabalhadores que eram bloqueadas nos engenhos pelo próprio predomínio das relações com os proprietários. A assimetria das relações do engenho é substituída na cidade pela simetria das relações entre trabalhadores, que, talvez por permanecerem ligados à atividade agrícola, não sofram, com a ida para a cidade, uma desorganização total de seus padrões tradicionais. Uma vez na cidade, os trabalhadores procuram se agrupar tomando como ponto de referência o local de trabalho — o engenho a que se vinculam — e a rede de vizinhança imediata. Essas novas formas de sociabilidade representam o fim do isolamento que caracteriza a vida do engenho e o surgimento de um estilo de vida.

As novas ocupações, a inserção em redes de relações mais amplas e, sobretudo, o distanciamento da propriedade vão levar o trabalhador a desenvolver novas atitudes em relação ao trabalho. Na cidade o trabalhador dispõe de maior liberdade de escolha do serviço e do local de trabalho e não se encontra mais sob o controle total do proprietário. Essa nova situação se reflete numa concepção do trabalho diferente da dos trabalhadores ainda residentes nos engenhos. Enquanto estes últimos têm uma percepção do trabalho calcada na relação com o proprietário, isto é, o trabalho é visto através dessa relação (Sigaud, 1971), os trabalhadores nas cidades têm uma percepção mais detida do próprio processo de trabalho.

A ida do trabalhador para a cidade não representa uma simples mudança de domicílio, mas implica tanto numa alteração substantiva das relações sociais como numa transformação das cidades da região. Seria então importante avaliar a repercussão dessa mudança para o trabalhador, enquanto agente em questão. Para tal seria preciso inventariar as diferentes formas de inserção do trabalhador

na cidade, as possibilidades de combinação dessas formas e a sua articulação com o sistema mais abrangente.

2.3 *Camponeses Marginais à Plantation*

O processo de mudança econômica na *plantation* canavieira nordestina, a exemplo de outras regiões de *plantation* do mundo, não se limita a um movimento de liberação de mão-de-obra de grandes propriedades.

A quebra dos laços que uniam proprietários e trabalhadores beneficia aqueles entre os últimos que praticavam uma pequena agricultura dentro das grandes propriedades e nos limites próximos. A criação de uma demanda da parte dos trabalhadores expulsos estimula esses pequenos produtores que vão disputar com as *plantations* as terras que são "liberadas" por aqueles engenhos que não resistem ao processo de concentração que acompanha o surgimento das usinas (Palmeira, 1971a). Isso ocorre em maior escala, obviamente, nas áreas em que o estoque de terras disponíveis (Du Genestoux, 1967), e não passíveis de aproveitamento imediato para cultivo comercial, é maior. Em casos-limite, a abundância relativa de terras é manipulada no sentido de facilitar o próprio processo de expulsão, usando muitos proprietários o expediente de indenizar os trabalhadores despedidos com terras. Ou então vai representar uma alternativa de emprego para os próprios trabalhadores expulsos que, uma vez na cidade, arrendam um pequeno pedaço de terra que lhes garante parte de seu sustento.

Num primeiro momento, é de se pensar que uma agricultura em pequena escala de produtos de subsistência dos trabalhadores (mandioca, feijão, milho, etc.) se encontre reforçada, na periferia da *plantation*, por acréscimo de demanda desses produtos em um mercado monetarizado. A situação desta agricultura é peculiar porque os bens que produz servem tanto para o autoconsumo dos produtores como para a venda no mercado. Este elemento de alternatividade dos bens parece ser importante para o produtor, porque lhe serve para se premunir contra as flutuações do mercado. Assim sendo, o cálculo feito muitas vezes por economistas, imputando à produção das terras dessas unidades os preços de mercado dos bens aí constantes, para obtenção do valor da produção e dos níveis de produtividade por área cultivada, é inadequado. Isto porque o cálculo econômico do produtor não é maximizar sua produção-receita, mas a sua produção-receita e ou consumo; ou seja, o cálculo envolve

não só o preço de venda do produto, num momento determinado, mas também o de sua compra futura para consumo e ainda há possibilidade de não haver nenhuma transação em mercado ou desta ter apenas um caráter parcial (Heredia & Garcia, 1971).

A primeira postura teórica tem levado a pensar, pela própria forma do cálculo dos níveis de produtividade por parte do pesquisador, que esta agricultura tem baixíssima produtividade e está condenada ao desaparecimento ao longo do processo de desenvolvimento. Não se considera então que sua própria forma de organização a dota de uma certa capacidade de resistência à pura expansão dos mecanismos de mercado, e que possa se beneficiar, a certos níveis, desta expansão para sobreviver. Ter um pedaço de terra onde se produzam os bens mais essenciais é garantir diretamente o consumo básico da unidade familiar, enquanto vender a força de trabalho e, com o dinheiro arrecadado, comprar aqueles bens, é se submeter à expectativa em dois mercados cujo controle não é direto (Garcia & Heredia, 1972). Mesmo que a terra não seja suficiente para a produção do equivalente do consumo familiar, ela pode servir então de garantia de uma parte deste consumo, admitindo a combinação com outras formas de ganhar a vida como o pequeno comércio ou vender força de trabalho.

É de se pensar que tanto o pequeno comércio como vender fôrça de trabalho possam constituir atividades ligadas à agricultura, na sua própria essência, e por aí não necessitem de mudanças nos padrões de "qualificações do trabalho". Por outro lado, consistindo a família em unidade de produção e consumo, a situação de "subemprego" ou "desemprego" de seus membros se manifestará não do ponto de vista individual em uma ou outra destas alternativas, mas na situação global a que a família estiver submetida. Acima de tudo é bom não esquecer que deve haver uma escala de preferências de acionar uma ou outra atividade, e que isto depende do contexto. O ritmo das atividades agrícolas, sendo intermitente, pode permitir combinação com outras atividades, sem que haja prejuízo daquela (assim a mensuração de horas trabalhadas na atividade principal do camponês muitas vezes deixa de captar o fenômeno real do subemprego agrícola, por ter como padrão de referência uma jornada de trabalho urbana). É possível mesmo que a integração do membro da família em outras atividades econômicas possibilite a manutenção desta família na agricultura, mesmo em condições "inviáveis". O mesmo poderia ser dito para deslocamentos sazonais.

O importante a ser ressaltado é que há uma especificidade no cálculo econômico do uso da terra, dos bens que se plantam, do uso da força de trabalho familiar, que é necessário investigar para que se possa conhecer o processo de resposta dessas unidades a modificações do sistema econômico. Sobretudo deve-se notar que a perda da terra e a passagem para outra atividade é geralmente a pior das alternativas.

Outro ponto de importância a ser investigado é a própria oferta e demanda de terras para esse tipo de agricultura e os fatores que a condicionam. Certas modificações na *plantation* podem liberar terras, que podem passar a esse tipo de agricultura, caso outra lavoura comercial não lhe venha fazer concorrência. Deve-se levar em conta, sobretudo que, se aumenta a oferta de terras, aumenta concomitantemente a demanda por essas terras, seja por parte das unidades já estabelecidas, seja por parte dos trabalhadores expulsos, o que, forçando os preços para cima, limita a própria escala possível de operação e expansão dessas unidades (Garcia & Heredia, 1972). Tais mecanismos, apenas indicados a nível formal, estão a exigir exame mais minucioso. Seria também de importância observar as repercussões de medidas governamentais nesse mercado, como o Proterra ou o crédito agrícola.

2.4 *Barracões e Feiras*

A economia de *plantation*, embora basicamente voltada para o mercado internacional, mantém certas características de uma economia "fechada". Os proprietários territoriais atuam como mediadores entre seus dependentes e o mundo econômico, mantendo-se isolados dentro de suas propriedade. Essas mediações, que parecem explicar a coexistência da agricultura de *plantation* com as mais diferentes formas de remuneração da força de trabalho (escravos, moradores, assalariados), são um obstáculo à monetarização dessa economia e ao desenvolvimento de relações de mercado entre os agentes econômicos (Wolf, 1959; Palmeira, 1971a).

Essa mediação se exerce dentro das *plantations* individuais através de um mecanismo de redistribuição (Polanyi, 1957) configurado na existência de *vendas* e *barracões* que se apropriam, no caso limite, de tudo que é produzido dentro das grandes propriedades e redistribuem esse produto, segundo créditos particularistas, hierarquizando a multidão de dependentes do proprietário. O aparecimento de grandes unidades agroindustriais (usinas) não parece

alterar esse esquema: tornando-o mais complexo através da formação de redes de vendas e barracões em torno de um armazém central.

A localização de um contingente crescente de mão-de-obra nas cidades da região, conjugada com a "liberação" da economia camponesa das imediações da *plantation*, vai levar ao desenvolvimento de uma forma de distribuição "tradicional" na região (especialmente nos limites entre a Zona da Mata e o Agreste), mas na área canavieira até então submetida ao barracão: a feira (Palmeira, 1971b; Garcia, 1972).

O desenvolvimento das feiras na área canavieira, por sua vez, deve ter estimulado a pequena produção antes consumida quase exclusivamente dentro das unidades produtivas, diretamente ou por intermédio das vendas e barracões, e deve ter alterado as relações que as uniam às feiras de outras áreas geoeconômicas, modificando não apenas o seu próprio perfil, mas também o daquelas. No primeiro caso é de se supor que o desenvolvimento das feiras leve vendas e barracões a:

1) passarem a regular seus preços pelos preços das feiras, rompendo o esquema dos preços "não econômicos" que pareciam vigorar;

2) passarem a adotar práticas comerciais próprias das feiras. No segundo caso, podemos supor que o desenvolvimento das feiras da zona da Mata: 1) reoriente a atividade dos intermediários, com a conseqüente alteração dos "ciclos de feiras" que asseguravam a troca de produtos entre o litoral e o interior; 2) crie uma alternativa para as migrações sazonais dos pequenos proprietários do Agreste para a área canavieira na época da safra e, ao mesmo tempo, propicie condições para a aparição de novas categorias sociais como o "camponês-comerciante" (isto é, agricultores dividindo seu tempo entre tarefas agrícolas e pequeno comércio), a exemplo do que tem ocorrido em outras regiões do mundo (Mintz, 1956; Meillassoux, 1971).

Além disso, o desenvolvimento das feiras deve estar contribuindo para fixar os excedentes populacionais da região nas pequenas cidades, transformando-os em pequenos intermediários. É possível que o desenvolvimento do sistema viário e a diminuição dos custos de transporte, ao contrário do que geralmente se supõe, estejam atuando no mesmo sentido.

Ao invés de uma penetração do comércio urbano em meio rural (Forman & Riegelhaupt, 1970), estaria ocorrendo um aumento nu-

mérico dos pequenos intermediários, de sua mobilidade espacial e, possivelmente, de sua eficácia, isto é, estaria ocorrendo uma expansão do "comércio camponês".

Entretanto, esse desenvolvimento das feiras, liberando o barracão e o *barraqueiro* de seus compromissos e lealdades tradicionais para com os proprietários, estaria provocando também um processo de concentração de barracões (um mesmo barraqueiro passa a explorar vários barracões) e a transformação dos barraqueiros de homens de confiança dos patrões em comerciantes *tout court*.

Além disso, o surgimento dessa nova demanda de alimentos nas pequenas cidades deve estimular o "comércio estabelecido" local e o grande comércio das capitais a tentarem aproveitar essa possibilidade de negócio. Finalmente, a política governamental de abastecimento, com sua ênfase em centrais de abastecimento e com sua preocupação pelos grandes centros urbanos, deve dar novas forças a uma linha de comércio monopolista ou semi-monopolista.

2.5 *A Parte Industrial da Plantation*

O estudo da mão-de-obra industrial ligada à *plantation* açucareira, se depara com a dificuldade inicial da quase inexistência de indicações e referências na literatura, além da falta de estudos anteriores sobre esses trabalhadores. Se a mão-de-obra ligada às usinas tem pouca importância numérica relativamente aos trabalhadores rurais — em Pernambuco por volta de 20.000 pessoas na época da safra —, tal fato não minimiza sua importância no processo de produção, nem justifica sua exclusão no pensamento. Ao contrário, o estudo desse grupo social tem importância não somente para a compreensão desse mesmo grupo, como para a compreensão de outros grupos de trabalhadores, seja como uma ocupação possível na móvel história de vida de trabalhadores pertencentes a outros grupos (trabalhador sazonal), seja como referência para comparação.

Essa inexistência de referências a estudos anteriores deve ligar-se à abstração das características específicas desse tipo de indústria e desse tipo de mão-de-obra da *plantation* unicamente na parte agrícola, na suposição implícita de que a mão-de-obra da parte industrial não tem nada de especial com relação à mão-de-obra industrial urbana.

A usina, no entanto, apesar de ser regida pelo funcionamento de uma unidade da grande indústria, com seu sistema de máquinas em que há a combinação de máquinas parcelares, aparentemente

como qualquer fábrica urbana, apresenta características específicas relativas ao fato de ser o lugar onde se desenvolve o último elo de um processo produtivo que se origina no campo, ao fato de sua complementariedade com a agricultura.

Com efeito, essa complementariedade transfere a sazonalidade própria da parte agrícola para a parte industrial: a usina funciona durante um período do ano, aproximadamente de setembro a abril, moendo a cana cortada, e é desmontada, consertada e remontada na outra parte do ano. Essa sazonalidade acarreta uma primeira divisão na mão-de-obra entre trabalhadores fixos, que trabalham durante todo o ano, e trabalhadores temporários ocasionada pela necessidade desigual de mão-de-obra que tem a atividade industrial nos dois períodos do ano.

Os trabalhadores sazonais atraem naturalmente um primeiro foco de atenção: como conseguem manter-se nos períodos da entressafra? Uma parte desses trabalhadores sazonais é constituída de trabalhadores provenientes do Agreste ("corumbas") que voltam para suas terras no inverno, na entressafra. Os "corumbas" geralmente trabalham nas usinas mais próximas do Agreste. Uma outra parte dos trabalhadores sazonais procura as cidades do interior em busca de algum emprego, e às vezes trabalha em construção civil ou em pequenas oficinas. Uma outra parte ainda procura a construção civil nas grandes cidades (usinas mais próximas ao litoral). Deve-se assinalar ainda que muitos dos trabalhadores fixos foram no passado sazonais e conseguiram uma estabilidade no emprego.

Assim, a sazonalidade própria de muitas ocupações industriais da usina, principalmente na parte de fabricação (serventes) no armazém e no transporte, recria permanentemente deslocamentos temporários de mão-de-obra e a necessidade de empregos alternativos, variados durante a espera da nova safra. O estudo dos trabalhadores sazonais, além disso, tem sua importância particular na medida em que esses trabalhadores — pela própria mobilidade a que estão sujeitos, assim como pela privação representada pelo trabalho excessivo na safra, aliado ao desemprego na entressafra — devem constituir-se em uma fonte importante de migrantes definitivos.

Uma segunda característica específica dessa fábrica em meio rural é representada pela importância das oficinas de manutenção (Du Genestoux, 1967), cujo contingente de operários representa de metade a dois terços dos operários da seção de fabricação, segundo diferentes usinas e segundo os períodos de safra e de entressafra (Motta e Silva, 1971). Esse grupo de operários é o grupo mais está-

vel nas usinas. Sua importância relativa se justifica pelo fato de que as necessidades de reparação, manutenção e fabricação de peças têm grande demanda quando a usina móe a todo vapor, 24 horas por dia, e a própria natureza do processo produtivo provoca necessidades de reparações constantes. A importância das oficinas nas usinas parece estar ligada à necessidade que tem o usineiro de utilizar ao máximo sua maquinaria e parecia justificar a lentidão da substituição de novos equipamentos. No período de entressafra, esse grupo de operários de oficina desempenha a função principal dentro da usina quando ela é desmontada e remontada com peças consertadas. Alguns operários da parte da fabricação, os mais permanentes, que escapam ao desemprego na entressafra, atuam então como ajudantes ou serventes dos operários das oficinas. Deve-se assinalar que os operários de oficina têm, segundo os trabalhadores, uma "arte", um ofício, sendo, portanto, muito valorizados profissionalmente. Ao contrário dos operários de fabricação, que são apenas auxiliares do sistema de máquinas, tendo um trabalho de vigilância e controle ocasional da máquina, monótono e exaustivo, os operários das oficinas trabalham em pequenos grupos, compostos cada um do "oficial" e de seus ajudantes, e têm um papel decisivo na fabricação e reparação das peças. O aprendizado deses operários e longo, ao contrário dos de fabricação, cujo aprendizado rápido contribui para sua instabilidade no emprego (Leite Lopes, 1972).

Os operários fixos moram em grande parte em casas de usina, perto da fabrica. O fato de conseguirem uma casa vem "sacralizar" uma relação mais estável com a usina, embora tenha a seguinte contrapartida: uma mudança de emprego para ele acarreta também a mudança da moradia.

Nossa hipótese é que estaríamos em presença de um "mercado de trabalho rígido", em que uma parte dos operários fixos circulam lentamente pelas usinas. Ao contrário do mercado de trabalho de uma mão-de-obra urbana, que dispõe de um elenco de alternativas de emprego sem ter que se deslocar de sua moradia, esse mercado de trabalho especial implica no deslocamento simultâneo do local de trabalho e do local de moradia e reproduz a compartimentação entre mão-de-obra fixa e mão-de-obra temporária.

A estratificação interna dos operários de usina é de grande importância na previsibilidade das alternativas de vida possíveis para os diferentes subgrupos de operários quando de sua demissão do emprego. Em primeiro lugar, a perspectiva de deslocamento para a cidade é crescente na medida que, com a mecanização das usinas,

a expulsão dessa mão-de-obra se dá de maneira absoluta, ao contrário do que ocorreria com uma mão-de-obra industrial urbana (a qual se deslocaria em parte para os novos setores que produzem as novas máquinas, atenuando a retração no emprego). Em segundo lugar, a possibilidade de empregos urbanos é diferencial segundo a posição anteriormente ocupada na estrutura ocupacional na usina. Os trabalhadores da parte das oficinas parecem ter maiores facilidades de absorção pela nova industrialização nordestina por encontrarem oferta de emprego em ocupação similar (torneiros, eletricistas, mecânicos, etc.). Para os trabalhadores da parte de fabricação — auxiliares de máquinas específicas das usinas — ao contrário, suas possibilidades de emprego industrial urbano parecem menores. Trata-se de estudar essa mobilidade e possibilidade de emprego diferencial, pela importância que assume, na região, a prática de redução dessa mão-de-obra de usina, seja em face da fusão de usinas, seja da mecanização poupadora de mão-de-obra.

2.6 *Campesinato do Agreste e do Sertão*

O Agreste e o Sertão têm sido descritos como áreas de pequena agricultura. Efetivamente, a existênca de um campesinato parcelar é bem mais antiga do que na Zona da Mata e mesmo do que em outras regiões do país (Furtado, 1959; Correa de Andrade, 1964; Velho, 1969). No entanto, aquela afirmação pode gerar confusões por se apoiar antes numa comparação do que no conhecimento substantivo da área. Na verdade, é uma área onde coexistem grande e pequena propriedades, ainda que de forma bem diferente daquela da faixa canavieira, a começar pelo próprio peso que têm, sobretudo no Agreste, os pequenos agricultores.

Se, atualmente, os camponeses do Agreste e do Sertão parecem sofrer uma escassez de terra, historicamente a situação parece ter sido outra e, se comparados com os camponeses marginais à *plantation,* eles parecem usufruir ainda hoje de uma relativa abundância de terras. A conjugação da posse de alguma terra com a possibilidade de dispor livremente de seus produtos tem capacitado os pequenos agricultores do Agreste a terem sempre, ao lado de suas lavouras de "subsistência", um produto comercial qualquer.

Com o desenvolvimento da agricultura comercial, especialmente a do algodão, sobretudo a partir de meados do século XIX, as grandes propriedades foram obrigadas a manter esse padrão de pequenas explorações, acionando contratos de arrendamento e parceria em que

toda a responsabilidade era deixada nas mãos dos pequenos agricultores. Isso permitiu também, graças a uma equivalência de custos, que o campesinato situado fora das grandes propriedades não fosse eliminado.

Desde o seu início, entretanto, a pequena produção nessa área teve que concorrer com um outro tipo de grande propriedade: a fazenda de gado. Essa oposição que se dá em diferentes níveis se apresenta para o campesinato fundamentalmente sob a forma de uma oposição entre *terra de trabalho* e *terra de gado*. Mas, mesmo dentro das fazendas de criação a pequena propriedade teve a sua vez: por um lado, através do sistema de partilha das crias entre vaqueiros e proprietários (*a quarta*) e, de outro, na concessão, de lotes de terra para a agricultura de "subsistência" aos vaqueiros e trabalhadores permanentes (Correa de Andrade, 1964).

Desde cedo as migrações, sobretudo as migrações sazonais para o corte de cana na Zona da Mata, forneceram aos camponeses do Agreste uma alternativa para eventuais crises que atingissem sua agricultura (secas, por exemplo) e para a escassês de terra. No caso das migrações sazonais, isto foi muito facilitado pela complementariedade entre os calendários agrícolas do Agreste e da Mata e esses movimentos tornaram-se tão essenciais àquele campesinato quanto a própria agricultura (Furtado, 1959 e 1964).

Outras frentes de defesa de um tal campesinato eram o exercício de uma indústria doméstica — que, em algumas áreas a partir de um processo de especialização se tornou a atividade dominante (Castro, 1971) — e a possibilidade dos camponeses se engajarem no pequeno comércio sem abandonar suas atividades agrícolas.

Uma série de mudanças na economia da região, sobretudo nos últimos dez anos, estão comprometendo, entretanto, o funcionamento daquela economia camponesa e transformando a própria natureza das relações sociais aí dominantes.

Por um lado, o assentamento de uma reserva de mão-de-obra agrícola nas Cidades da Mata fecha, para os camponeses do Agreste, a possibilidade das migrações sazonais (cf. "*plantation*" e "trabalhadores da Rua"). O desenvolvimento das feiras da Zona da Mata, por sua vez, se amplia suas possibilidades com intermediários, amplia também o número de seus concorrentes.

Por outro lado, o aumento da demanda de carne, concomitante à urbanização, vai estimular os fazendeiros a aumentarem seus rebanhos e os grandes proprietários agrícolas a substituírem seus cultivos pelo gado. A conseqüência é a expulsão de trabalha-

dores rurais e a eliminação de camponeses parcelares, a alteração das formas tradicionais de parceria na agricultura e na própria pecuária e uma diminuição do poder de barganha dos trabalhadores e camponeses não atingidos diretamente por aquela expansão. Esse movimento parece beneficiar-se dos programas de estímulo à pecuária das agências governamentais e da própria política de terras, que tributa fortemente os "minifúndios" e inibe as transações de terra em pequena escala.

Finalmente, certas mudanças tecnológicas que vêm sendo introduzidas entre os próprios pequenos produtores parecem atuar também no sentido de enfraquecer a economia camponesa da área, ao eliminar o caráter familiar da própria indústria doméstica. O melhor exemplo é o das casas de farinha, onde a introdução do motor diesel e da eletricidade tem substituído a cooperação familiar por novas formas de divisão de trabalho e de apropriação do produto, as transações monetárias substituindo as antigas formas de partilha.

Cabe examinar, portanto, através das mediações analíticas necessárias, se o resultado final de todos esses processos é a tendência à extinção próxima e definitiva da economia camponesa, ou se, ao contrário, ela consegue resistir em meio à sua constante reprodução ameaçada, e se os processos em curso são apenas mais um dos constrangimentos que sofre esse tipo de organização ao longo de sua existência. Neste último caso, caberia analisar as formas de adaptação que se manifestam na consideração mesma desses processos ameaçadores no próprio cálculo econômico dos camponeses, especialmente no que diz respeito ao cálculo de utilização da força de trabalho familiar, dentro ou fora da unidade econômica.

2.7 *Cidades do Agreste e do Sertão*

Ao contrário da Zona da Mata, o Agreste e o Sertão sempre conheceram cidades de alguma expressão, especialmente aquelas que se colocavam como centros de intercâmbio de bens entre litoral e interior. Além disso, uma outra modalidade de organização social do espaço fazia com que tais cidades fossem também lugares de residência dos grandes proprietários rurais (Correia de Andrade, 1964).

O dinamismo dessas cidades parece estar sendo alterado por duas ordens de processos de mudança. Por um lado, o desenvolvimento da pecuária tem levado pequenos proprietários e arrendatá-

rios, vivendo tradicionalmente da agricultura, a deslocarem-se para essas cidades. Por outro lado, a saturação do mercado de trabalho na Zona da Mata, para onde se deslocava boa parte desses pequenos proprietários e arrendatários na época da safra da cana, deve ter cortado um elemento importante para a manutenção de sua condição de camponeses. Isso deve estar levando muitas famílias camponesas a abandonarem a agricultura, migrando para outras regiões em caráter definitivo ou engrossando as fileiras de trabalhadores expulsos que se estão fixando nas cidades da área.

O fato de serem cidades de maior porte e com um comércio previamente mais desenvolvido pode ter conseqüências ambíguas para esses camponeses expulsos. Ao mesmo tempo que tais cidades oferecem maiores oportunidades de emprego na construção civil e no comércio, este último, por ser mais monopolizado (característica do comércio estabelecido tradicional), deve fechar a possibilidade de expansão que o pequeno comércio conhece em outras áreas como a Zona da Mata, por exemplo, ou, pelo menos, a possibilidade daqueles trabalhadores se estabelecerem por conta própria.

A inexistência de uma atividade agrícola que ofereça emprego para esse contingente de mão-de-obra potencial das cidades, deve levá-lo a procurar novas fontes de atividades e/ou a hierarquizar suas combinações de emprego diferentemente dos trabalhadores das cidades da Zona da Mata. Seria necessário investigar o modo de sobrevivência desses trabalhadores das cidades do Agreste, bem como as formas de solidariedade e os valores com relação ao trabalho que desenvolvem, e estabelecer a comparação com outras situações. Um dos maiores interesses desta pesquisa é que tais trabalhadores são supostamente candidatos próximos às grandes migrações e constituem, portanto, objeto privilegiado para o estudo da decisão de migrar. Por outro lado, apresenta também a possibilidade de delimitar o efeito das grandes migrações em um outro contexto. Se, aparentemente, o surto pecuário e a migração não fecham a possibiildade de reabsorção futura de novos contingentes de mão-de--obra, o movimento de expulsão parece fazer-se acompanhar de uma ruptura do padrão tradicional de relações sociais, o que deixa de pé a hipótese de uma mudança tão radical quanto a zona canavieira.

2.8 *Indústria Rural*

A riqueza e a diversidade de formas que assumem as atividades de indústria rural no Nordeste paradoxalmente parecem contribuir,

através de sua subordinação à agricultura, para o pouco conhecimento sistemático que se tem sobre essas formas. Para se ter uma idéia desta diversidade, tomemos como critério diferenciador o destino do produto, por exemplo. Então, tem-se desde as atividades que atendem ao consumo do trabalhador, até as atividades de beneficiamento de produtos comerciais "nobres" como o açúcar e o algodão, passando por atividades que tendem à construção civil (olarias). A diversidade de formas de organização do trabalho aparece por sua vez no seio das atividades que atendem ao consumo do trabalhador. Tem-se por um lado as atividades domésticas, realizadas pelo trabalho familiar, em geral com grande participação de mulheres e crianças ("trabalhadores familiares não pagos", remunerados pela redistribuição familiar), produzindo bens como bordados, trançados e redes, por exemplo. Esse trabalho artesanal familiar pode ser complementar a uma atividade agrícola — havendo possivelmente uma sazonalidade complementar às duas atividades — e sua produção pode ser comercializada pelos próprios produtores nas feiras, como pode ser apropriada por comerciantes. Por outro lado, a organização do trabalho em oficinas artesanais ou pequenas manufaturas também é uma forma industrial que atende ao consumo do trabalhador, como é o caso de cerâmicas, ou da produção de jóias populares, santos, etc. Tem-se ainda uma indústria de beneficiamento que contribui para o consumo alimentar do trabalhador: as casas de farinha (cf. "Campesinato do Agreste e do Sertão"). Note-se que a demanda por esses produtos é basicamente constituída por trabalhadores rurais e camponeses. Assim sendo, mesmo quando essas atividades artesanais se concentram em cidades, elas dependem, através de seus mercados, da agricultura e de suas características sazonais.

Um outro critério diferenciador seria a utilização e a importância da mão-de-obra no processo produtivo. Pode-se pensar assim, em primeiro lugar, em um tipo de artesanato complementar à agricultura, seja como alternativa de emprego na entressafra (complementariedade sazonal), seja como complementação de renda familiar (divisão do trabalho na família), seja ainda como um emprego simultâneo ao emprego agrícola (caso das olarias). Essa forma de artesanato complementar utiliza de maneira flexível sua mão-de-obra e tem, em certos casos, paradoxalmente, possibilidades maiores de sobrevivência que as próprias indústrias urbanas do mesmo ramo — como por exemplo as dificuldades que têm certas indústrias de cerâmica em adaptar à nova organização do trabalho sua mão-de-

-obra tradicionalmente empregada em pequenas olarias (o salário pago pela atividade tempo integral na cerâmica "moderna" parece não compensar as vantagens que os trabalhadores têm em suas atividades agrícolas a tempo parcial, quando trabalham nas olarias; cf. Aguiar Walker, 1971).

Em segundo lugar, tem-se um artesanato especializado, formado provavelmente a partir da indústria doméstica e estimulado pela intensificação de trocas nos mercados locais, do crescimento das feiras ou da possibilidade de transporte por caminhão (Castro, 1971) ou inclusive a partir de uma demanda ocasionada por romarias religiosas (para o caso de Juazeiro do Norte, cf. Alvim, 1971). Esse artesanato especializado sofre uma sazonalidade menor (embora ela exista e as oficinas procurem manter seus operários no período "fraco", descontando as "dívidas" dos trabalhadores no período "forte"); a utilização da mão-de-obra é mais permanente (mesmo a mão-de-obra temporária não é utilizada de maneira "aleatória", como no caso das olarias), e a atividade exige geralmente um aprendizado longo por parte do "operário-artista". Exemplos desse caso de artesanato especializado podem ser encontrados em Juazeiro do Norte, onde se concentram diversas atividades artesanais. No caso da produção de jóias de ouro, provenientes principalmente de oficinas manufatureiras, mesmo aí se encontram formas combinadas de oficina e trabalho a domicílio, além de possibildade de emprego na comercialização do produto (ambulantes). Além disso, o trabalhador tem uma grande importância no processo produtivo, através da posse de uma "arte", de um ofício, e é valorizado por isso (Alvim, 1972).

A posse de uma especialização, de uma "arte", pelo trabalhador, a importância que tem na atividade produtiva a sua habilidade adquirida em um tempo de aprendizado variada, faz dessas indústrias rurais uma situação típica, apesar da diversidade de suas formas. A valorização do trabalho devido à posse de um ofício, ocorre de maneira semelhante na agroindústria açucareira (cf. "Parte Industrial da *Plantation*") com os trabalhadores da parte das oficinas.

Portanto, além da construção de tipologia que enquadre do ponto de vista do conhecimento a diversidade dessas indústrias rurais, será necessário atentar-se para a importância, da ótica do emprego, que têm essas formas artesanais, para explicar a complementação que oferecem às atividades agrícolas dos trabalhadores, assim como a

alternativa em que se constituem para os trabalhadores dispensados da agricultura comercial (cf. "Trabalhadores da Rua" e "Cidades do Agreste e do Sertão").

2.9 *Grande Cidade*

As análises das migrações para os grandes centros urbanos tem dado ênfase exagerada a seus aspectos disfuncionais, tanto para o campo quanto para a cidade. São constantes as referências a um esvaziamento do campo, que acarretaria um colapso da economia rural, sobretudo da pequena agricultura, o que por sua vez teria o efeito de acelerar ainda mais as migrações. Por outro lado, os migrantes procedentes destas áreas, vistos como portadores de uma cultura particularmente tradicional, apresentariam sérios problemas de adaptação ao meio urbano por manterem seus padrões culturais rurais.

Uma análise mais detida da situação no campo mostra-nos entretanto, que a própria organização das economias rurais implica movimentos de população "normais", além da manipulação secular de movimentos de população, próprios do sistema econômico dominante, da forma já esboçada nas seções anteriores. Do ponto de vista das famílias camponesas e de trabalhadores rurais, estas administraram a migração de seus membros, assim como o fazem, por exemplo, com sua pequena agricultura. O migrante rural não opta por abandonar o local de origem individualmente; a migração tende a ser, antes, uma decisão coletiva, isto é, da família como tal. Por outro lado, o indivíduo que migra apóia-se durante todo o processo migratório numa complexa rede de relações primárias, cujo núcleo é a família.

Na medida em que esta rede de relações primárias mantém o migrante integrado à família, pode-se falar de uma continuidade da família camponesa, como indicam os constantes fluxos de comunicação, dinheiro e bens. No Brasil, tal continuidade tem sido pouco estudada, provavelmente em virtude da ênfase no pólo de chegada do migrante. De qualquer forma, apesar de altamente relevante, como será visto a seguir, sua importância parece ser menor do que em outras regiões cujo campesinato tem fortes tradições indígenas (Mangin, 1970).

Temos então que a migração de um ou mais membros não rompe, pelos motivos expostos, a continuidade da família camponesa e de trabalhadores rurais. Mas essa continuidade também não

constitui, como querem alguns estudos (Echevaria, 1970), uma barreira à integração do migrante ao meio urbano. Em primeiro lugar porque na medida em que a migração do membro individual é administrada pela família, esta *deseja* a integração do migrante como parte do cálculo econômico familiar o que, obviamente, reduz o aparecimento de conflitos provocados pela adoção de padrões de comportamento "urbanos" por parte do migrante.

Em segundo lugar, porque as redes de relações primárias que servem de apoio ao migrante na cidade parecem ser os canais através dos quais este assegura sua sobrevivência na cidade e sua integração ao mercado de trabalho urbano. Tratando-se em geral de mão-de-obra com baixo nível de qualificação, a integração do migrante nem sempre se verifica pela participação do mercado industrial do trabalho. Por um lado, este já se encontra inflacionado pela presença de grande quantidade de mão-de-obra não especializada (justamente a mais afetada pelas flutuações conjunturais da economia urbano-industrial). Por outro, para ocupações qualificadas o nível de remuneração do trabalho industrial é extremamente baixo.

Premido por estas características do mercado industrial de trabalho — grande desproporção entre oferta e demanda, instabilidade do emprego, baixo nível de remuneração — o trabalhador passa a ser absorvido pela economia urbana através do desempenho de atividades comumente englobadas sob a rubrica de "serviços pessoais". que constituiriam o núcleo de um "mercado informal de empregos" (Machado da Silva, 1971). É importante assinalar que o desempenho deste tipo de ocupação pode representar uma opção voluntária do trabalhador, na medida em que, em certos casos, a remuneração pode ser mais compensadora que o salário de um emprego industrial equivalente.

É neste mercado "informal" que a rede de relações primárias de apoio do migrante se constitui em peça fundamental para a sobrevivência deste na grande cidade, aliada a um tipo muito particular de falta de especialização que pode ser preliminarmente descrito como "saber fazer tudo". Estes parecem ser os dois fatores básicos que asseguram ao indivíduo condições de competição neste setor do mercado, e que se encontram inversamente relacionados. Assim é que, na medida em que o indivíduo firma, através de suas relações familiares e de vizinhança, uma "clientela", ele pode definir uma entre as várias atividades que desempenha como sua especialidade. A indústria de construção civil, com baixo nível de so-

fisticação tecnológica, parece representar uma alternativa para o trabalhador, situando-se numa faixa intermédia entre o mercado industrial de empregos e o mercado "informal".

Tudo leva a crer, então, que a continuidade familiar desde a decisão coletiva de migrar, passando pelo auxílio na implementação desta decisão, até as redes de relações de apoio ao migrante na grande cidade — constitui-se num importante mecanismo de integração à economia urbana. É interessante notar que, no Brasil, a família camponesa via de regra é uma família elementar de que os filhos se "desligam", a partir de certas circunstâncias. No Nordeste, por exemplo, o filho de uma família camponesa atinge sua maioridade, de fato, após casar-se, quando abandona a terra do pai e passa a produzir por conta própria (Heredia e Garcia 1971). Também nas cidades as famílias se desmembram com o casamento dos filhos, gerando "unidades orçamentárias" distintas. Mas aqui resta considerar que, embora o cálculo econômico gire em torno da família elementar, a família participa diretamente nesse cálculo como uma das variáveis a considerar, funcionando como um potencial de apoio recíproco. Assim, por exemplo, quando o pai é "birosqueiro", o filho casado pode ser empregado regular de uma fábrica — ambos vivendo juntos, apesar de administrarem orçamentos em separado, mas sabendo que dispõem de apoio recíproco em épocas de crise.

É provavelmente a partir dessa "extensão" urbana de família elementar camponesa que se verifica o processo de ruptura definitiva com o pólo de origem do migrante, e o rompimento definitivo com o passado rural. O problema do migrante passa a não ser mais o de adequar-se ao cálculo econômico da família de origem, mas o de desenvolver uma nova estratégia orçamentária cuja base é a administração da venda da força de trabalho do ramo urbano da família. Nesta linha de considerações, o desafio que se coloca é aferir em que medida esta estratégia difere da estratégia de vida dos trabalhadores não migrantes da grande cidade.

2.10 *Frentes de Expansão*

Boa parte da literatura a respeito de "fronteiras em movimento" acentua o aspecto *aberto* da fronteira e o seu efeito dinamizador sobre a sociedade como um todo. A propósito, é representativa a obra dos estudiosos norte-americanos, sobretudo a de F. J. Turner e W. P. Webb (Turner, 1967; Webb, 1931).

Todavia, é fácil de constatar que nem sempre a existência de terras livres resultou na prática concreta em sua ocupação efetiva de tal forma que tivesse um efeito dessa ordem sobre a sociedade. Pelo contrário, aparentemente a sua existência pode provocar uma atuação *política* que contrarie o puro espontaneísmo da ocupação e resulte para a formação social numa imobilização relativa da mão--de-obra. Tal, possivelmente, foi o que ocorreu na Europa Oriental, a partir do século XVI, com a introdução da chamada "segunda servidão" (Domar, 1970), e seria interessante analisar-se até que ponto isto não se ligará com o estabelecimento do sistema de *plantation* no Brasil.

Entretanto, nesses sistemas em que o *político* parece possuir grande dominância, o próprio desenvolvimento pode vir a fazer das terras livres num momento posterior um valioso relativamente intocado para facilitar as transformações internas necessárias à sua modernização.

No caso do Brasil, atualmente, essas transformações necessárias parecem ser fundamentalmente de três ordens:

1. a criação de um sistema de produção subordinado, capaz de absorver os "excedentes populacionais" gerados pela própria natureza do desenvolvimento principal e alternativo à urbanização;

2. a redução da oferta de mão-de-obra nas áreas de domínio da velha *plantation* como forma de acelerar a sua transformação em empresas capitalistas;

3. a possibilidade de criar uma nova oferta de produtos agropecuários em que o custo baixo do fator terra possa ser fundamental e, particularmente, onde a natureza particular de tipo camponês lhe permita condições de competição no mercado.

Caberia a uma investigação tentar avaliar o peso relativo desses três ítens, bem como possivelmente o de outros ainda não percebidos claramente.

Todavia, esse avanço na *fronteira* certamente possuirá características que o distinguirão do caso clássico da *fronteira aberta*. Entre elas, como temas a serem concretizados mereceriam exame:

— as formas pelas quais se dá o controle do Estado sobre o processo;

— a maneira pela qual se compatibiliza a tendência "espontânea" à ocupação das terras novas em face do enfraquecimento e insuficiência dos mecanismos tradicionais de fixação da mão-de-

-obra e as formas pelas quais o Estado pretende controlar o processo de expansão;

— o surgimento de interesses contraditórios na *fronteira* (tais como a pequena agricultura *versus* a grande pecuária e a grande exploração mineral) e como se busca esses interesses.

Enfim, como um tema geral tratar-se-ia de investigar a tendência do livre jogo das forças econômicas e como se realiza a articulação da ação política com a economia.

No caso da pequena agricultura camponesa, particularmente, existem diversas indicações recentes contrariando anteriores, no sentido de que o seu desenvolvimento pode ser uma exigência da própria lógica do sistema. Tal possibilidade parece estar aberta, por exemplo, na noção de M. C. Tavares de *heterogeneidade estrutural* (Tavares, 1972) e pelas diversas indicações cada vez mais explícitas de R. M. Paiva (Paiva, 1971). E, aparentemente, é nas áreas de terras novas que são maiores as possibilidades de desenvolvimento desse gênero de agricultura.

Caberia, no entanto, verificar até que ponto na prática essa exigência se realizaria *imediatamente* ou estaria na dependência de uma ação política por parte do Estado. Por outro lado, na medida em que esta é necessária, seria importante verificar os limites e a direção de sua eficácia em face dos próprios mecanismos de funcionamento da agricultura camponesa.

A partir daí e dos temas já assinalados poder-se-iam relacionar alguns dos tópicos concretos a serem investigados:

— a própria produção e comercialização camponesa e como ela se realiza;

— a sua relação com outras formas de produção vigentes nas áreas de terras novas;

— as suas relações com o mercado nos seus vários níveis (local, regional, nacional);

— a relação entre o movimento "espontâneo" dos pequenos agricultores (Velho, 1972) e a colonização "dirigida" (Tavares et alii, 1972); sobretudo com um exame comparativo da ocupação interna e externa às agrovilas.

Como tópico subsidiário, poder-se-ia, ainda, verificar o efeito da colonização sobre os centros urbanos já existentes e os que vão se criando, para ver como e até que ponto a questão da urbanização volta a se recolocar nas próprias áreas novas.

2.11 *As Cidades das Frentes de Expansão*

A questão urbana na região de frente de expansão se coloca de modo diferente, do que se constata tanto nas grandes cidades do Sul do país, como nos núcleos urbanos tradicionais das regiões de *plantation*. Nesta área, as cidades mais importantes são relativamente antigas, algumas datando do período colonial e sendo preexistentes ao avanço da fronteira.

Surgindo a partir de existências de defesa militar do território, num primeiro momento, e posteriormente como escoadouro da produção regional (extrativismo), com o desenvolvimento da frente de expansão agrícola, estas cidades sofreram um processo acelerado de transformações, que se revela em termos imediatos numa elevada taxa de crescimento populacional.

Seria importante investigar os fundamentos dessa alteração do perfil urbano, os quais nos parece poderem ser localizados no crescimento da economia camponesa, a partir da própria crise da *plantation* favorecendo a migração para as terras novas; na recente intervenção do Estado na região e na transferência de capitais do centro-sul para a área com o objetivo de aí instalar empreendimentos agropecuários, extrativistas e até mesmo industriais. Esse processo de transformação parece estar atingindo as cidades da região na sua própria estrutura espacial. O solo se torna uma mercadoria, dando lugar à especulação imobiliária e à invasão de terrenos por grupos especuladores (os "grileiros urbanos") que expulsam as populações de baixa renda para a periferia da cidade. Verifica-se, assim, a incorporação ao perímetro urbano de áreas anteriormente ocupadas pela produção camponesa. Por outro lado, com a construção de uma infra-estrutura rodoviária há um deslocamento das áreas consideradas nobres nas cidades, que deixam de ser as áreas próximas aos rios, para ocupar aquelas contíguas às margens das estradas.

Se num momento anterior, as cidades da região não chegavam a se constituir em centro de atração de mão-de-obra, para a população regional, em virtude de suas funções predominantemente comerciais, atualmente já existe um mercado de trabalho ampliado nestas cidades. Para elas afluem jovens camponeses, solteiros em sua maioria, pressionados pela escassez de terra da periferia da *plantation*, em busca de trabalho nas grandes companhias de exploração agropecuária ou extrativista ou nas construtoras de obras públicas (rodovias, hidroelétricas, aeroportos etc.). São eles os *peões* que trabalham em condições ilegais, sob o comando de empreiteiros,

conhecidos regionalmente como *gatos*. Também os filhos de camponeses da própria região, cuja reprodução se vê ameaçada pela transformação do caráter da frente, se deslocam para os centros urbanos, disputando empregos caracteristicamente urbanos. Sobre os peões levam a vantagem de poderem contar com a proximidade da retaguarda da família de origem, que lhes assegura uma parte substancial dos gêneros necessários à sua subsistência e, em troca, se beneficia de um maior fluxo monetário.

Modificadas em sua organização espacial e tendo adquirido novas funções sociais, como o atestam as novas entidades aí recém-instaladas (ACAR, INCRA, DNOS, CAMPUS AVANÇADO, DNER, bancos, Unidades militares), as cidades da região de frente se tornam também o *locus* de novas relações sociais. Por conseguinte, passam a ter uma população mais diferenciada. Se anteriormente eram habitadas apenas por comerciantes, industriais de usinas de beneficiamento, um reduzido corpo de funcionários e um número limitado de operários e trabalhadores do terciário, hoje assistem ao crescimento físico dessas categorias e à emergência de novos grupos sociais (peões, empreiteiros, funcionários da alta administração estatal, gerentes de grandes companhias, investidores estrangeiros e do centro-sul, migrantes das mais diversas origens).

Simultaneamente a este crescimento populacional que forma um mercado consumidor local, ocorre o avanço da frente agrícola que contribui para a auto-suficiência destas cidades em termos de seu abastecimento. A ocupação das novas áreas por famílias camponesas migrantes, eleva a produção agrícola abastecendo as cidades de arroz, farinha, feijão etc. Estas cidades que antes importavam certos generos agrícolas, devido à concentração de recursos na atividade extrativa, passam agora a produzi-los e até mesmo a exportá-los para outras regiões. Surgem as denominadas "Colônias" e subseqüentemente as feiras, onde circulam os produtos camponeses. Estas feiras são fortalecidas pela produção de legumes e verduras, advinda da zona urbana periférica onde as classes urbanas de baixa renda e as famílias camponesas migrantes têm uma forma de utilização do solo simultaneamente residencial e agrícola (as hortas).

Aparte a existência e transformação destes núcleos urbanos mais antigos, verifica-se também na região de frente de expansão, o surgimento de novos aglomerados urbanos. As margens das rodovias passam a ser os locais preferenciais para o estabelecimento destes novos núcleos, em detrimento das margens dos rios que anteriormente cumpriam tal função.

Há núcleos novos que são gerados no próprio avanço espontâneo da frente agrícola e há aqueles que são implantados segundo normas do planejamento estatal — que prevê uma complexa rede urbana para a área de colonização oficial — expressas principalmente pelas agrovilas, agrópólis e rurópólis.

Os primeiros são povoados camponeses, que se formam próximo às rodovias, reunindo famílias de parentes e conhecidos geralmente oriundos de uma mesma região. Alguns se formam nos acampamentos abandonados das empresas construtoras de estradas, que passaram a um novo trecho. São habitados também eventualmente, por peões, que no período da colheita, são contratados como mão-de-obra acessória à família camponesa. Possuem geralmente um pequeno comércio e uma pensão e suprem os habitantes da redondeza com aqueles produtos indispensáveis e não produzidos pelos camponeses (sal, açúcar, café, sabão, etc.).

Os demais são povoados e cidades construídos pelo Estado, para concentrar famílias de colonos e para concentrar certos serviços considerados básicos: ambulatórios, armazéns da COBAL etc. Constituem pontos de apoio, para a atuação dos órgãos públicos, que atuam na área, como INCRA, DNER, Campus Avançado etc. São habitados por funcionários públicos, pequenos comerciantes e empreiteiros que acompanham a frente e fornecem material de construção para as empresas públicas (areia, brita etc.).

Esta extensa rede de núcleos urbanos, tem uma numerosa população flutuante, que acompanha o avanço da frente e serve de etapa para numerosas famílias camponesas, que migram do Nordeste para as regiões de terras livres da Amazônia.

3 Metodologia

A especificidade deste projeto nos leva a optar por uma análise de fenômenos, tendo como ponto de partida as categorias e elaborações dos agentes sociais a respeito das situações nas quais estão inseridos. Tomando esses elementos como as primeiras informações empíricas e apoiados por uma visão teórica dos fatos, acima delineada, procuraremos identificar as unidades sociais pertinentes e construir um modelo que dê conta dos fatos observados. Em seguida nos reapropriaremos dos dados secundários existentes e procederemos às quantificações que forem necessárias.

O procedimento alternativo, isto é, a busca de quantificação *a priori*, a partir de dados secundários ou questionários próprios, supõe o conhecimento das variáveis relevantes e da linguagem a ser utilizada para a obtenção das informações. A rigor, dificilmente ambas as condições são preenchidas. Embora o pré-teste seja um recurso acionado para corrigir tais problemas, ele apenas revela a adequação--inadequação das perguntas formuladas; não discute seus fundamentos. Por outro lado, a própria linguagem adotada para a obtenção das informações desejadas é tida como válida universalmente. Ao supor um padrão de linguagem socialmente neutro, o pesquisador não percebe que essa linguagem é, de fato, a sua linguagem, estando portanto intimamente ligada à situação social em que se insere e às suas formas de percepção, mas não necessária às do grupo observado (Schatzman e Strauss, 1955). Resulta daí que procedimentos aparentemente neutros levam à obtenção de dados apenas relativamente relevantes e ao abandono de todo um conjunto de informações que poderiam ser de grande importância para a análise dos fenômenos. Mais grave, no entanto, é que a redução da linguagem dos informantes à linguagem do pesquisador implica, muitas vezes, a imposição de um modelo de relações que os informantes não estabeleceriam, não por ignorância mas porque seu modelo é outro (Cuisinier, 1962 e Bourdieu et alii, 1968). Ocorre que o informante, na condição de agente social que vive uma situação específica, possui freqüentemente um modelo mais rico em informações a respeito dos fenômenos a serem analisados do que o modelo *a priori* do pesquisador (Lévi-Strauss, 1958). Assim, os resultados estatísticos podem atingir níveis esperados em relação às hipóteses do pesquisador e portanto satisfatórios para comprovação daquelas, não porque os fenômenos realmente se articulem daquela maneira, mas porque os procedimentos utilizados conduziram a isso (Goldthorpe e Lockwood, 1963).

Exemplos desses problemas podem ser encontrados nos questionários da PNAD. Sem querer uma análise (o que poderia vir a se constituir num subproduto da pesquisa ora proposta), é possível apontar no questionário da PNAD-72 que a cesta de bens de consumo e o tipo de classificação adotados denotam padrões de consumo de classe média urbana, assim como as perguntas sobre família impõem um modelo de família elementar e um modelo de autoridade doméstica.

Uma pesquisa que utilize instrumentos de coleta padronizados — como questionários — além de supor uma padronização de agen-

tes sociais e de se iludir com a idéia de que questões formalmente idênticas tenham o mesmo significado para sujeitos separados pela cultura e situação de classe (Bourdieu et alii, 1968), corre o risco de apenas colher dados válidos para a situação conjuntural de aplicação de questionário (Maget, 1950). A observação direta apresenta a vantagem metodológica de permitir um acompanhamento mais prolongado e detido das situações que se deseja estudar. Essa técnica, complementada pelas técnicas de entrevista em profundidade e histórias de vida, revela o significado daquelas situações para os indivíduos, que sempre é mais amplo do que aquilo que aparece numa situação formal de entrevista.

O uso irrefletido desses instrumentos padronizados de coleta implica ainda o problema da decalagem entre, por um lado, as categorias estatísticas utilizadas e as unidades de coleta adotadas e, por outro lado, as unidades sociologicamente relevantes. Muitas vezes as categorias estatísticas selecionadas para mensuração se encontram desvinculadas dos fenômenos que desejam estudar. A identificação das unidades sociologicamente relevantes só se torna possível após o acúmulo de um conjunto de dados que permitam estabelecer as relações entre os diferentes agentes sociais e delinear os contornos dos grupos que efetivamente funcionam naquela situação estrutural. Após essa identificação, pode-se então proceder à mensuração, utilizando categorias estatísticas apropriadas ao objeto.

A disparidade entre unidades de coleta e unidades sociologicamente relevantes tende a ser vista, normalmente, apenas como um problema operacional, enquanto que, na verdade, as decisões aí tomadas têm uma influência marcante (Bourdieu et alii, 1968) sobre os resultados teóricos obtidos pela pesquisa. A questão não é tanto que as decisões arbitrárias não tenham que ser tomadas, mas que esta arbitrariedade seja considerada um problema teórico e não um problema prático.

Uma pesquisa sobre trabalhadores industriais qualificados nos servirá aqui para ilustrar esse tipo de dificuldade. Há três possibilidades para se elaborar um plano de amostragem:

a) a unidade de coleta ser o local de trabalho, utilizando-se o cadastro das empresas industriais;

b) a unidade de coleta ser a unidade de residência;

c) a unidade de coleta serem as associações de trabalho.

No primeiro caso corre-se o risco de não cobrir os trabalhadores que produzem a domicílio, os que trabalham por conta própria e os que trabalham subempreitados. No segundo, torna-se muito difícil identificar, num plano geral de residências, quais seriam as residências dos trabalhadores industriais. E no terceiro, haveria o problema dos critérios de participação nas associações permitirem ou não a inclusão de todos os trabalhadores industriais.

Caso a pesquisa vise a conhecer o comportamento de uma variável bem delimitada, como salário, o universo empírico da pesquisa pode ser aproximado por uma dessas possibilidades, dependendo da menor perda de informações. Teríamos aí um problema basicamente operacional. A questão se coloca de forma radicalmente diferente quando o objeto são as possibilidades de ocupação remunerada destes trabalhadores e o seu esquema de preferências. A opção por uma unidade de coleta pode restringir *a priori* a amplitude dos resultados da pesquisa, sem que se tenha nenhuma razão teórica para operar tal arbitrariedade. Se o sistema de referências dos trabalhadores é desconhecido não se pode optar por uma ou outra unidade de coleta. Só a própria pesquisa poderia mostrar qual a mais indicada.

A dificuldade de utilização de técnicas de amostragem que atomizariam os agentes numa massa indiferenciada e os isolariam das redes de relações nas quais concretamente atuam, conduz a uma substituição por outros procedimentos que garantam uma melhor aproximação das situações a serem estudadas. Partindo do sistema de referências dos diferentes agentes sociais, pode-se construir as redes de relações (Bott, 1968) em que se inserem e, conseqüentemente, identificar as unidades sociologicamente relevantes. Trabalhando com essas unidades procurar-se-á descobrir padrões estruturais de comportamento e distinguir, a partir daí, grupos sociais mais ou menos homogêneos. A recorrência desses padrões e a maior ou menor homogeneidade desses grupos é que vão decidir quando se utilizarão procedimentos de validação estatística e quando serão dispensáveis.

A opção de trabalhar não sobre um universo indiferenciado ou ponderado apenas em termos estatísticos, mas sobre situações tipo, coloca para o observador problemas bem diferentes daqueles que se colocam quando de um *survey*, por exemplo.

As questões levantadas pelas pesquisas particulares sugeridas para cada situação tipo não são as mesmas, nem são homólogas. Isto quer dizer que é impossível a utilização, pelo menos num primeiro momento, de um instrumento de coleta padronizado ou mesmo

de um questionário geral com especificação para as situações particulares a serem estudadas. Assim, cada pesquisa deve estabelecer os procedimentos de coleta de dados que sejam mais adequados para o seu objeto particular. O que vai garantir a possibilidade de comparação dos dados obtidos é, pois, antes de tudo, a problemática teórica que informa a pesquisa e o modo específico como ela deve se desenvolver.

Ainda que as situações tipo sejam montadas sobre um conhecimento anterior, a rigor elas só são plenamente delimitadas no correr mesmo da pesquisa ou, mais especificamente, do próprio trabalho de campo. Essa associação entre elaboração teórica e pesquisa de campo se afasta de algumas concepções estereotipadas do trabalho sociológico. Essas concepções confundem os momentos da elaboração teórica com tarefas burocráticas, pondo por exemplo no mesmo plano a tabulação mecânica "que não pertence à *démarche* científica senão pelo objeto que ela transcreve" (Bourdieu et alii, 1968, p. 307), e a elaboração de hipóteses que constitui o cerne do trabalho científico.

Ao invés da ordem ritual — definição de objetivos, revisão bibliográfica, elaboração de hipóteses, escolha de amostra, elaboração de questionário, trabalho de campo, elaboração do plano de análise, tabulação mecânica, análise e relatório final —, preferimos indicar apenas uma ordem provável e aproximada das tarefas concretas da pesquisa o que garante uma maior flexibilidade — pesquisa bibliográfica, trabalho de campo (sem instrumentos padronizados), reelaboração da problemática de pesquisa, trabalho de campo (com instrumentos padronizados ou não), elaboração final e validação dos dados a partir de instrumentos padronizados ou pela reapropriação de dados secundários existentes (PNDA, por exemplo) —, a partir do material colhido segundo procedimentos etnográficos.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR WALKER, Neuma. Condicionamentos sócio-culturais do desenvolvimento econômico do Ceará, *Revista de Ciências Sociais*, I (1), 1970.

ALVIM, Maria Rosilene. Misticismo e Artesanato, *Revista de Ciências Sociais*, II (2), 1971.

——————. *A arte do ouro*. Tese de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro, Museu Nacional (mimeo.), 1972.

BACHA, Edmar et alii. *Encargos trabalhistas e absorção de mão-de-obra no Brasil*. Relatório de Pesquisas IPEA-INPES, 1972.

BOTT, Elizabeth. *Family and social network*. London, Tavistock Publications, 1968.

BOURDIEU, Pierre et alii. *Le métier de sociologue*. Paris, Mouton/Bordas, 1968.

CASTRO, Antonio. *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro, Forense, 2.º v., 1971.

CORREA DE ANDRADE, *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo, Brasiliense, (2.ª ed.), 1964.

CUISINIER, Jean. Sur la construction d'un tableau économique cantonal en pays sous-développé, *Tiers Monde*, III (11), 1962.

DOMAR, Evsey. The cause of slavery and serfdom: a hypothesis, *Journal of Economic History*, XXX (1), 1970.

DU GENESTOUX, Patrick Calemard. *Le Nordeste du sucre*. Thèse de 3.ème Cycle, Université de Paris, 1967.

FORMAN, S. & RIEGEDHAUPT, J. F. Market place and marketing system: towards a theory of peasant economic integration, *Comparative Studies in Society and History*, XII (12), 1970.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959.

——————. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.

GARCIA, Marie-France. Bacurau e feira de usina. Rio de Janeiro, Museu Nacional/Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (ms.), 1972.

GATTI, Luis María & ECHENIQUE, Vera. Relações sociais na feira. Rio de Janeiro, Simpósio de Pesquisas, Museu Nacional/Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (mimeo.), 1971.

GOLDTHORPE, John & LOCKWOOD, D. Affluence and the british class structure, *The Sociological Review,* XI (2), 1963.

HEREDIA, Beatriz de & GARCIA, Afrânio (Jr.). Trabalho familiar e campesinato, *América Latina,* 1971.

LEITE LOPES, José Sergio. O processo produtivo nas usinas de açúcar do Nordeste. Rio de Janeiro, Museu Nacional/Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (ms.), 1972.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Anthropologie structurale.* Paris, Plon, 1958.

MACHADO DA SILVA. Luiz Antonio. *Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade.* Tese de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional (mimeo.), 1971.

MAGET, M. *Guide d'étude directe des comportements culturels.* Paris, C.N.R.S., 1953.

MEILIASSOUX, Claude (Ed.) *The development of indigenous trade and markets in West Africa.* London, Oxford University Press, 1971.

MINTZ, Sidney. The role or middlemen in the internal distribution system of a Cribbean peasant economy, *Human Organization,* XV (2), 1956.

MOTTA E SILVA, Gilberto. A produtividade na indústria açucareira de Pernambuco. Recife, Instituto do Açúcar e do Álcool (mimeo.).

NUN, José. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y massa marginal, *Revista Latinoamericana de Sociologia,* V (2), 1969.

PAIVA, R. M. Modernização e daulismo tecnológico na agricultura, *Pesquisa e Planejamento Econômico,* I (2), 1971.

PALMEIRA, Moacir G. S. *Latifundium et capitalisme: lecture critique d'un débat.* Thèse de 3.ème Cycle, Université de Paris, 1971a. A ser publicada por Zahar Editores em 1973.

——————. Feira e mudança econômica. Rio de Janeiro, Simpósio de Pesquisas, Museu Nacional/Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (mimeo.), 1971b.

——————. Morar: a lógica social da plantation tradicional. Rio de Janeiro Museu Nacional/Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (ms.), 1972. A ser publicado em *Continuidade e mudança no Brasil rural,* Cardoso de Oliveira, R. e Maybury-Lewis, D. (eds.)

POLANYI, Karl et alii (Eds.). *Trade and market in the early empires.* Glencoe, The Free Press, 1957.

SCHATZMAN, L. & STRAUSS, A. Social class and modes of communication, *American Journal of Sociology,* LX (4), 1955.

SIGAUD, Lygia M. *A nação dos homens, uma análise regional de ideologia.* Tese de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, 1971. A ser publicada em 1973 por Zahar Editores.

STEWARD, Julian. Perspectivas on plantations. In: *Plantation systems of the New World.* Washington, Pan American Union, 1959.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro.* Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

TAVARES, Vania Pôrto et alii. *Colonização dirigida no Brasil: suas possibilidades na região amazônica.* Relatório de Pesquisas, IPEA, n.° 8, 1972.

TURNER. The significance af the frontier in american history and contributions of the west to American democracy. In: *The turner thesis*, George Rodgers Taylor (ed.), Boston, D.C. Heath & Co., 1967.

VELHO, Otávio Guilherme. O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro. In: *América Latina*, 1969.

————————. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

WERB. *Great plains*. Boston, Jinn & Co, 1931.

WOLF, Eric. Specific aspects of plantation systems in the New World: community subcultures and social class. In: *Plantation systems in the New World*. Washington, Pan American Union, 1959.

————————. & MINTZ, Sidney. Haciendas and plantations in Middle America and the Antilles, *Social and Economic Studies*, VI (3), 1957.